Benefício de Prestação Continuada e outros benefícios não contributivos internacionais:

Revisão rápida sobre impactos

MAR | 2026

Expediente

Presidente
Betânia Peixoto Lemos

Diretora-Executiva
Danyelle Siqueira Campos Gil Lemos Barreto

Diretor de Altos Estudos
Alexandre de Ávila Gomide

Diretora de Educação Executiva
Iara Cristina da Silva Alves

Diretor de Desenvolvimento Profissional
Bruna Danielly da Paz Tenório

Diretora de Inovação
Camila de Castro Barbosa Medeiros

Diretor de Gestão Interna
Lincoln Moreira Jorge Junior

Coordenadora-Geral de Avaliação e Organização de Evidências
Tamille Sales Dias

Capa e Diagramação
Equipe EvEx

Imagens
Unsplash

Autoria
Ana Paula Costa Marques
Sandra Maria do Valle Leone de Oliveira
Cintia de Freitas Oliveira
Fernanda Borges Serpa

É permitida a reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte.

Para mais informações, consulte nossa página www.enap.gov.br/pt/servicos/avaliacao-eorganizacao-de-evidencias)
ou entre em contato:
evidencia.express@enap.gov.br

O Evidência Express (EvEx) é uma iniciativa da Diretoria de Altos Estudos da Escola Nacional de Administração Pública (Enap) em parceria com a Universidade de Brasília (UnB). A missão do EvEx é gerar evidências para informar a tomada de decisão no setor público.

Para isso, a equipe sintetiza, produz e analisa dados que possam servir de base para o desenho, a implementação, o monitoramento e a avaliação de políticas públicas.

Os relatórios produzidos pelo EvEx agilizam a geração de conhecimento voltado para desafios públicos, seguindo três premissas fundamentais: engajamento com pessoas gestoras públicas, tempestividade e tradução do conhecimento. Os produtos EvEx podem subsidiar análises ex ante, avaliações ex post ou Análises de Impacto Regulatório, além de beneficiar gestoras públicas subnacionais, pesquisadoras, docentes, servidoras e demais interessadas da sociedade civil.

Os produtos EvEx podem analisar dados qualitativos e quantitativos, sobre:
- Evolução do problema no Brasil e no mundo;
- Público-alvo de uma política;
- Causas e consequências do problema ou política;
- Soluções existentes para o problema;
- Impactos de intervenções ou políticas públicas.

Projeto financiado pela parceria Enap e Secretaria de Monitoramento e Avaliação do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), no âmbito das avaliações do ciclo 2025 do Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas do Governo Federal (CMAP)

Forma sugerida para referenciar este documento: MARQUES, A.P.; OLIVEIRA, S.M.L.; OLIVEIRA, C.F.; SERPA, F.B. Benefício de prestação continuada e outros benefícios não contributivos internacionais: revisão rápida sobre impactos. In: ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. Relatório de pesquisa, Evidência Express. Brasília: Enap, 2026. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/6939. Acesso em: dd mmm. aaaa.

Sumário

Sumário executivo 5

1 Introdução 6

2 Métodos 8

2.1 Tipo de estudo 8

2.2 Pergunta de pesquisa 8

2.3 Critérios de elegibilidade 8

2.4 Busca de informações 9

2.5 Seleção, extração e análise dos dados 9

2.6 Atalhos metodológicos 10

3 Resultados 11

3.1 Seleção dos estudos 11

3.2 Características gerais dos estudos 11

3.2.1 Resultados sobre efeitos em Saúde e Bem-estar 19

3.2.2 Resultados sobre Economia 23

3.2.3 Resultados sobre Dinâmicas familiares e sociais 30

3.2.4 Limitações dos estudos 33

4 Considerações finais 35

Referências Bibliográficas 37

Apêndices 42

Apêndice 1. Base de dados, estratégia de busca e achados recuperados 43

Apêndice 2. Estudos excluídos após leitura do texto completo, com justificativa 46

Apêndice 3. Descrição das abordagens metodológicas utilizadas nos estudos incluídos 50

Apêndice 3.1. Descrição das abordagens metodológicas e detalhamento do desenho - Diferenças-em-Diferenças (DiD) (n=21) 50

Apêndice 3.2. Descrição das abordagens metodológicas e especificações do modelo Desenho de Regressão Descontínua (RDD) nos estudos incluídos (n=16) 57

Apêndice 3.3. Descrição dos métodos econométricos utilizados nos estudos incluídos (n=05) 62

Apêndice 4. Síntese dos Benefícios não contributivos identificados nos estudos incluídos (exceto Brasil) 64

Sumário Executivo

Pergunta de pesquisa: A principal motivação desse estudo foi mapear a literatura científica e cinzenta para compreender o que os estudos mostram sobre os efeitos de programas de proteção social, especificamente o Benefício de Prestação Continuada (BPC) no Brasil e benefícios não contributivos em outros países, voltados a idosos e pessoas com deficiência, buscando identificar os principais desfechos como redução da pobreza e da pobreza extrema (vulnerabilidade social), efeitos sobre a segurança alimentar, condições de vida e bem-estar, autonomia econômica e inclusão social e indicadores de saúde.

Método: As buscas de estudos foram realizadas em dezembro e janeiro de 2026 nas bases de dados PubMed, *Google* Acadêmico; *Web of Science*; Lens (ou *The Lens*); BVS (*Biblioteca Virtual em Saúde*); EconPapers; Scopus (via Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES); Portal de Periódicos CAPES; *World Bank*; OECD (*Organisation for Economic Co-operation and Development*); CABI (*Centre for Agriculture and Bioscience International*) *Global Health*; *Global Index Medicus*. Os processos de busca, seleção e extração de dados dos artigos foram realizados por duas pesquisadoras, de modo não pareado, e não foi realizada avaliação metodológica dos estudos incluídos.

Resultados: De 3.821 registros recuperados nas buscas, 42 estudos foram incluídos e os resultados são apresentados em eixos temáticos: Efeitos no Bem-estar subjetivo e Satisfação com a Vida, Efeitos econômicos (renda, pobreza e consumo), Mercado e oferta de trabalho, Efeitos na saúde, nutrição e mortalidade, Efeito nas dinâmicas familiares, empoderamento e violência e efeitos na educação infantil.

Conclusão: As políticas de proteção social não contributivas demonstram impactos positivos e consistentes na mitigação da pobreza e na melhoria das condições de saúde, consumo e bem-estar de populações vulneráveis (idosos e pessoas com deficiência), com forte concentração de evidências no Sul Global. Contudo, essas transferências podem gerar efeitos indiretos e ambivalentes nas dinâmicas intrafamiliares, podendo reconfigurar, por exemplo, relações de poder. Diante disso, evidencia-se que a formulação e implementação dessas políticas devem ser acompanhadas de estratégias intersetoriais voltadas ao combate das desigualdades estruturais, garantindo a maximização dos seus benefícios e a mitigação de efeitos adversos não intencionais. O estudo consolida conhecimentos essenciais para o aprimoramento contínuo de políticas públicas informadas por evidências, ao mesmo tempo em que alerta para a necessidade urgente de novas pesquisas primárias mais robustas, especialmente para suprir a importante lacuna de estudos voltados ao impacto dessas políticas na população de pessoas com deficiência.

1. Introdução

A pobreza na terceira idade e entre pessoas com deficiência (PcD) é associada à insuficiência de renda, à informalidade do trabalho ao longo da vida e às desigualdades no acesso a políticas sociais. A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) prevê uma aceleração do número de idosos nos próximos 25 anos, especialmente em alguns países desenvolvidos como a Coreia do Sul. As previsões apontam também para uma maior proporção de idosos em relação ao grupo de pessoas economicamente ativas (ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT, 2025), o que exigirá uma intensificação na preparação dos países para essa transição demográfica. Ao lado disso, o número de pessoas com deficiência representa 16% da população, mas elas enfrentam expectativa de vida até 20 anos menor e duas vezes mais risco de doenças crônicas, refletindo o acúmulo de desvantagens estruturais ao longo do curso de vida (WORLD HEALTH ORGANIZATION; PAN AMERICAN HEALTH ORGANIZATION, 2022). Nesse contexto, as políticas de seguridade social voltadas a esses públicos assumem papel central, uma vez que visam não apenas à redução das vulnerabilidades econômicas, mas também à promoção da autonomia e à garantia de dignidade para esses grupos (Aransiola et al., 2024; Paiva et al., 2021).

No cenário brasileiro, a Constituição Federal de 1988 estabelece os pilares da seguridade social: saúde, previdência e assistência social, consolidadas ao longo da década de 1990 e início dos anos 2000. Enquanto a saúde é universalizada, a previdência social e a assistência social atendem a recortes específicos. A primeira é voltada aos beneficiários contribuintes e seus dependentes, enquanto a assistência social, à proteção social no atendimento das necessidades básicas (Brasil, 1988; Brasil, 1991a; Brasil, 1990; Brasil, 1991b; Brasil, 1993).

Dentre os programas e ações promovidos pela Assistência Social do Governo Federal estão os benefícios assistenciais não contributivos, tais como o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Está previsto na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) - Lei nº 8.742/1993 e na Política Nacional da Assistência Social (BRASIL,1993; BRASIL, 2004). A gestão do BPC é feita pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), por meio da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), que é responsável pela implementação, coordenação, regulação, financiamento, monitoramento e avaliação do benefício. Sua operacionalização, contudo, é realizada pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) (Brasil, 1993; Brasil, 2004; Brasil, 2007).

O BPC prevê a garantia de um salário-mínimo por mês ao idoso com idade igual ou superior a 65 anos ou à pessoa com deficiência de qualquer idade, independente de quaisquer contribuições prévias, que comprovem ser de famílias de baixa renda (Brasil, 1993; Brasil, 2004; Brasil, 2007; Souza; Teixeira; Tupy, 2021; Oliveira, 2011). Para pessoas com deficiência, esta condição precisa

causar impedimentos de natureza física, mental, intelectual ou sensorial de longo prazo (com efeitos por pelo menos 2 anos), restringindo a pessoa de participar de forma plena e efetiva no mercado de trabalho, em igualdade de condições com as demais pessoas. Além da renda, de acordo com o requisito estabelecido, as pessoas com deficiência também passam por avaliação médica e social. Dessa forma, o BPC não se configura como uma aposentadoria, pois, para ter direito, o cidadão brasileiro não precisa ter contribuído para o INSS. O BPC não paga 13º salário e não deixa pensão por morte (Brasil, 1993; Brasil, 2015).

No mundo, existem outras políticas similares que reforçam a importância de benefícios não contributivos para garantir uma renda mínima a populações vulnerabilizadas. Essas políticas surgem em resposta à limitada cobertura previdenciária e à proteção insuficiente contra a pobreza oferecidas pelos sistemas baseados em contribuições laborais, especialmente nos países com grande presença do setor informal (Verbrugge; Ajuaye; Van Ongevalle, 2018; Torm; Oehme, 2024). Algumas publicações internacionais recentes têm enfatizado essa perspectiva. Em relatório submetido ao Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) em 2025, a relatoria sobre extrema pobreza e direitos humanos destacou que os sistemas de proteção social, quando baseados em direitos, são fundamentais para assegurar a autonomia e a dignidade das populações mais vulneráveis, especialmente em contextos de mudanças climáticas e crises econômicas (De Schutter, 2025). No mesmo ano, o Escritório do Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos reafirmou que os mecanismos de proteção social, como pensões e benefícios de apoio financeiro, desempenham um papel crítico na garantia de um padrão de vida adequado para idosos, muitos dos quais enfrentam barreiras estruturais decorrentes da exclusão de esquemas contributivos e da informalidade laboral ao longo da vida (Office of the High Commissioner for Human Rights, 2025). Para as pessoas com deficiência, a relação entre proteção social e autonomia também é central. O relatório do Relator Especial sobre os direitos das pessoas com deficiência, apresentado em 2024, abordou os desafios e as boas práticas na implementação de sistemas de suporte baseados em direitos, que são essenciais para garantir a inclusão social e a participação plena na comunidade (Hagrass et al., 2024).

Contudo, a despeito de sua relevância, persistem lacunas de conhecimento sobre os efeitos concretos dessas políticas sobre a vida dos beneficiários, especialmente no que se refere à sua capacidade de promover inclusão social, saúde, autonomia e bem-estar em contextos diversos. Dessa forma, a fim de investigar os potenciais impactos dessas políticas sobre grupos em situação de maior vulnerabilidade, este estudo teve como objetivo mapear os efeitos de programas de proteção social, com foco no Benefício de Prestação Continuada (BPC) no Brasil e em outros benefícios não contributivos voltados a idosos e pessoas com deficiência em outros países.

O presente estudo é parte do apoio técnico fornecido pela Enap, por meio do serviço de respostas rápidas Evidência *Express*, no âmbito do Ciclo de Avaliação 2026 do Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas do Governo Federal. Seus resultados destinam-se a apoiar a equipe responsável pela avaliação, contribuindo diretamente para as etapas de construção do modelo avaliativo, bem como apoiar a futura análise e interpretação de resultados e impactos.

2. Métodos

2.1 Tipo de estudo

O presente estudo é uma revisão rápida, a qual se configura como um produto de tradução do conhecimento desenvolvido através de método sistemático e transparente para acessar, avaliar e sintetizar evidências científicas que possam contribuir para a solução de um problema. As revisões rápidas consistem em sínteses das melhores evidências disponíveis, apresentadas para abordar um problema prioritário, e são produzidas seguindo rigorosos padrões metodológicos. Apesar de não incluírem recomendações, visam apoiar os processos de políticas públicas tornando as evidências acessíveis aos diversos públicos (Tricco; Langlois; Straus, 2017).

A revisão foi desenvolvida com base em um formulário preenchido pela equipe de pesquisadores em conjunto com os demandantes, no qual foram especificados a pergunta de pesquisa, os termos de busca, os critérios de elegibilidade e os elementos de análise dos resultados, detalhados ao longo desta seção.

2.2 Pergunta de pesquisa

O estudo foi conduzido a partir da seguinte pergunta de pesquisa: *"O que os estudos científicos mostram sobre os efeitos de programas de proteção social, especificamente o BPC no Brasil e benefícios não contributivos em outros países, voltados a idosos e pessoas com deficiência?"* A revisão foi estruturada a partir do acrônimo SPIDER (*Sample, Phenomenon of Interest, Design, Evaluation, Research*), descrito no quadro abaixo:

Quadro 1. Estrutura da pergunta de pesquisa

S (*Sample*)	Idosos e pessoas com deficiência
PI (*Phenomenon of Interest*)	Benefícios não contributivos para superação de pobreza
D (*Design*)	Avaliações de impacto com inferência causal
E (*Evaluation*)	Efeitos nas condições de vida
R (*Research*)	Estudos quantitativos (estudos experimentais e quase experimentais)

2.3 Critérios de elegibilidade

Além dos aspectos apresentados no **Quadro 1**, os critérios incluíram também estudos empíricos e observacionais quantitativos, cujas análises continham uma inferência causal. Foram consideradas publicações brasileiras e internacionais que tivessem políticas de benefícios não contributivos similares

ao BPC do Brasil. Foram consideradas publicações em português, inglês e espanhol, publicadas entre 2005 e 2026, em diferentes formatos, como artigos publicados em revistas indexados e relatórios (*working papers*, *development papers* e *impact evaluation reports*) publicizados em agências econômicas.

2.4 Busca de informações

As buscas por estudos foram realizadas entre dezembro e janeiro de 2026 nas bases de dados/plataformas de busca PubMed, *Google* Acadêmico; *Web of Science*; Lens; BVS (*Biblioteca Virtual em Saúde*); EconPapers; Scopus (via Portal de Periódicos CAPES); Portal de Periódicos CAPES; *World Bank*; OECD (*Organisation for Economic Co-operation and Development*); CABI *Global Health* e *Global Index Medicus*.

As estratégias de busca foram desenvolvidas com base na combinação de um conjunto de palavras-chave, estruturadas a partir do acrônimo SPIDER, usando termos específicos da área e suas variações, mapeados na literatura e por especialistas na área, adaptando-os para cada uma das bases consultadas: *"non contributory pension", "elderly", "disability"* e métodos de inferência causal. As estratégias de busca foram desenvolvidas pelas pesquisadoras envolvidas na elaboração desta revisão. Em algumas bases de dados foram utilizados filtros de ano (incluindo documentos publicados a partir de 2005). O detalhamento das estratégias de busca utilizadas está apresentado no **Apêndice 1**.

2.5 Seleção, extração e análise dos dados

Foi utilizado o gerenciador bibliográfico *Rayyan* QCRI (*Qatar Computing Research Institute*) (Ouzzani et al., 2016) para a triagem pela leitura de títulos e resumos, após a exclusão de duplicatas. Cada título e resumo foi avaliado por uma pesquisadora, individualmente. O mesmo processo foi adotado na etapa de elegibilidade (leitura do texto na íntegra). O instrumento para extração manual dos dados dos estudos elegíveis foi desenvolvido pelas pesquisadoras em uma planilha online do Microsoft Excel©.

A extração de dados incluiu as seguintes informações para cada um dos estudos:

- *Características gerais dos estudos*: autor e ano, título, objetivo, tipo de documento, desenho dos estudos, metodologia, tipos de dados analisados, fonte de dados analisados, período ou ano de análise, país do estudo, variáveis de controle e explicativas, resultados, conclusões, limitações metodológicas, conflito de interesse e financiamento;
- *Características gerais da política analisada*: descrição da política, intervenção, característica dos participantes, efeito da política, tipo de equidade abordada no estudo.

A análise dos dados foi conduzida de forma descritiva, de modo a responder à pergunta de pesquisa. Os dados foram organizados em categorias temáticas, construídas com base na similaridade de conteúdo. Para facilitar a leitura, os resultados estão organizados no formato de quadros, com descrições mais

detalhadas ao longo do texto.

2.6 Atalhos metodológicos

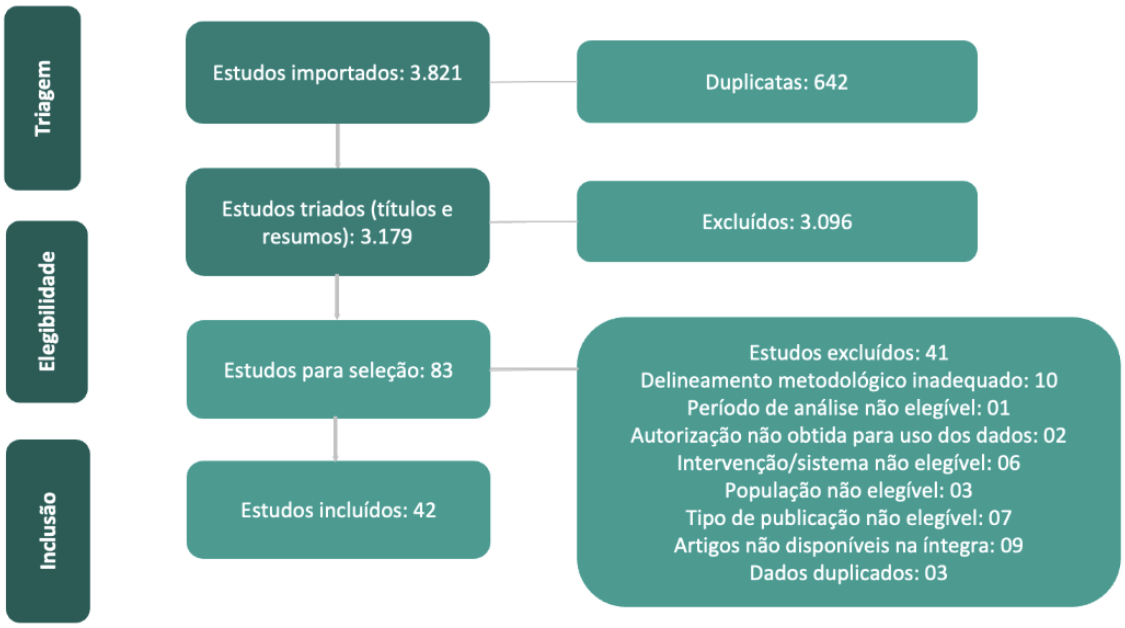
Como é característico de uma revisão rápida, alguns atalhos metodológicos foram adotados. A seleção dos estudos e a extração de dados foram realizadas por quatro (04) pesquisadoras individualmente, ou seja, de modo não pareado. Eventuais dúvidas foram resolvidas por meio de consenso entre todas as pesquisadoras e validadas pela coordenação da pesquisa. Não foi realizada avaliação metodológica dos estudos incluídos, mas foram destacadas as limitações apontadas pelos autores na seção de resultados, as quais podem apoiar a interpretação e contextualização dos achados.

3. Resultados

3.1 Seleção dos estudos

As buscas resultaram em 3.821 registros, considerando publicações entre 2005 e 2026 e 642 documentos duplicados foram excluídos. Na triagem, foi realizada a leitura de títulos e resumos de 3.179 documentos, sendo selecionados 83 para a leitura na íntegra. Ao final, 42 estudos foram incluídos para a extração de dados. A **Figura 1** ilustra o processo de seleção dos estudos e no **Apêndice 2** estão apresentados os artigos excluídos na etapa de elegibilidade, com as razões de sua exclusão.

Figura 1. Fluxograma de seleção dos estudos



Fonte: Elaboração própria.

3.2 Características gerais dos estudos

Dos 42 estudos incluídos, 25 eram artigos acadêmicos e os demais foram provenientes da literatura cinzenta, sendo 15 *working papers,* um *development papers* e um *impact evaluation report*. Quanto aos aspectos metodológicos, observou-se a predominância de desenhos quase-experimentais. O método de Diferenças-em-diferenças (DiD) foi o mais frequente, encontrado em 21 estudos, dos quais dois incorporaram abordagens qualitativas. A regressão descontínua (RDD) foi utilizada em 16 estudos, sendo sete do tipo *fuzzy* e dois incluíram variáveis instrumentais. Outras abordagens como, Métodos de Mínimos Quadrados Ordinários, Regressão Logística Multivariada ajustada, Variável

Instrumental e Ensaio Clínico Randomizado, foram observados em um estudo cada. Nota-se que em um estudo não foram informados claramente os métodos utilizados. A descrição detalhada das metodologias dos estudos incluídos pode ser consultada no **Apêndice 3.** No **Quadro 2**, abaixo, estão apresentadas as principais características dos estudos incluídos.

A distribuição dos estudos ocorreu em diferentes contextos geográficos, com predominância de evidências advindas de **países** de média renda. Observou-se maior concentração no México (n=12), seguido por África do Sul (n=4), Coreia do Sul (n=5), Bolívia (n=3), Brasil (n=3), China (n=3), Índia (n=3), Peru (n=2), além de estudos no Canadá (n=1), Chile (n=1), El Salvador (n=1), Moçambique (n=1), Nigéria (n=1), Singapura (n=1) e Vietnã (n=1). Essa distribuição aponta o caráter global das políticas de pensões não contributivas, com maior densidade de avaliação na América Latina.

O *público* assistido pelas **políticas analisadas** concentra-se majoritariamente em pensões sociais não contributivas voltadas a idosos (n=24), com variações quanto ao desenho: programas universais (ex.: Bolívia), focalizados por renda ou pobreza (ex.: Peru, Brasil, Moçambique), ou híbridos com componentes contributivos (ex.: China). Apenas um estudo sobre benefícios provinciais no Canadá abordou a população de pessoas com deficiência.

Em geral, essas políticas utilizam *critérios de elegibilidade* baseados na idade, frequentemente explorados como fonte de identificação causal nos estudos. Dos 12 estudos sobre os programas mexicanos, seis deles são sobre benefícios provinciais, e, portanto, aplicam regras de elegibilidade relacionadas ao local de residência. Os demais são sobre programas federais, que incluem também critérios de ausência de benefícios previdenciários e/ou outros benefícios. O modelo híbrido chinês condiciona o recebimento do benefício à contribuição de parentes em idade produtiva. Destaca-se também a ausência de suporte familiar/de amigos como critério adicional adotado para a seleção dos beneficiários em Moçambique. Os demais estudos aliam a análise de idade e baixa renda para a distribuição do benefício.

Os estudos incluídos evidenciaram também aspectos de equidade sob múltiplas dimensões e recortes populacionais. Observou-se uma notável predominância de investigações sobre a equidade de gênero, frequentemente destacando a vulnerabilidade feminina e variáveis como o estado civil, a exemplo da viuvez. Além disso, a equidade socioeconômica emergiu como um eixo analítico importante na amostra, contemplando as dinâmicas de pobreza e de insegurança alimentar. Em paralelo, os trabalhos investigaram questões de raça e etnia, abarcando populações negras, indígenas, grupos de origem asiática, falantes de línguas nativas e comunidades segregadas, muitas vezes em associação a questões geográficas, o que evidenciou contrastes expressivos entre áreas rurais e urbanas. Foram também identificadas disparidades relacionadas ao letramento e ao nível de escolaridade, a aspectos intergeracionais e arranjos familiares (incluindo análises sobre o trabalho infantil e a transmissão da pobreza), bem como a elementos transversais atrelados a fluxos migratórios e à diversidade social.

Por fim, outros dois pontos analisados foram a declaração dos conflitos de interesse e o financiamento das pesquisas. Conforme é possível identificar no **Quadro 2**, na maioria dos trabalhos

os autores não descreveram se possuíam conflitos de interesse ou não, nem declaram as fontes de financiamento. Nos estudos onde o fomento estava declarado, percebeu-se uma predominância de incentivos do *Centre for Research on the Economics of Ageing da Singapore Management University* (n=4), seguido por apoiadores da *International Initiative for Impact Evaluation (3ie)*, pela rede PEP (Partnership for Economic Policy / PEP-NET) e pelos fundos do Reino Unido, referidos como UK Aid ou *Department for International Development* (DFID), com três citações cada.

Quadro 2. Características dos estudos incluídos

Autor, ano	Tipo de estudo	País ou região	Objetivo do estudo	Nome adotado do Benefício Não Contributivo	População assistida pelo benefício	Conflitos de interesse/ Financiamento
Agüero, Fasola, (2022)	Working Paper	África do Sul	Avaliar o papel de um programa de transferência de dinheiro incondicional, a Pensão de Velhice (OAP) da África do Sul.	Pensão de Velhice (OAP)	Idosos	Não declarado* Não declarado
Aguila, Kapteyn e Perez-Arce, (2017)	Artigo	México	Analisar dois programas mexicanos de pensão não contributiva para idosos	*Reconocer Urbano* (RU) e Programa para Maiores de 70 anos (*70 y Más*)	Idosos	Não declarado Não declarado
Aguila, López-Ortega e Robledo, (2018)	Artigo	México	Estimar os efeitos de programas de previdência não contributiva na fragilidade de idosos no estado de Yucatán, México.	*Reconocer Urbano* (RU) e Programa para Maiores de 70 anos (*70 y Más*)	Idosos	Não possuem* Não declarado
Almeida et al. (2024)	Working Paper	Moçambique	Investigar a contribuição do principal programa de pensão social de Moçambique, o Programa de Subsídio Social Básico (PSSB), para a construção de resiliência frente a choques.	Programa de Subsídio Social Básico (PSSB)	Idosos	Não declarado Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas
Alonso, Amuedo-Dorantes e Juárez, (2018)	Artigo	México	Examinar os efeitos dos programas de pensões não contributivas federais e estaduais sobre os padrões de poupança das famílias mexicanas.	Programa para Maiores de 70 anos (*70 y Más*)	Idosos	Não declarado Não declarado
Alzúa et al. (2019)	Working Paper	Nigéria	Avaliar o impacto causal de uma pensão não contributiva, incondicional, direcionada a idosos vulneráveis no estado de Ekiti, Nigéria poderia melhorar o bem-estar dos idosos e gerar efeitos intradomiciliares.	Programa de Pensão de Velhice (*Old Age Pension Program*)	Idosos	Não declarado Apoio do *Partnership for Economic Policy* (PEP), com financiamento do *Department for International Development* (DFID) do Reino Unido (UK Aid) e do Governo do Canadá por meio do *International Development Research Centre* (IDRC).
Archer, (2020)	Artigo	Bolívia	Adicionar à literatura existente estudando o impacto estimado da elegibilidade para a *Renta Dignidad* em subgrupos vulneráveis, especificamente falantes de línguas nativas, mulheres e membros de domicílios grandes.	Renda de Dignidade (*Renta Dignidad*)	Idosos	Não declarado Não declarado
Avila-Parra e Escamilla-Guerrero (2017)	Working Paper	México	Estimar o impacto da expansão de um Programa de Pensão Social para Idosos – Programa Pensão para Adultos Maiores (PAM) – na pobreza extrema e na oferta de trabalho dos idosos no México, e exploramos potenciais mecanismos de transmissão subjacentes.	Programa de Pensão para Adultos Maiores	Idosos	Não declarado Não declarado
Ávila-Parra, Guerrero e Gálvez-Soriano, (2023)	Artigo	México	Examinar a expansão do programa de previdência não contributiva do México: *Programa de Pensão para Adultos Mayores* (PAM).	Programa de Pensão para Adultos Maiores	Idosos	Não possuem Não declarado
Bando, Galiani e Gertler, (2017)	Working Paper	Peru	Explorar os efeitos das pensões não contributivas sobre o bem-estar material e subjetivo da população beneficiária, por meio do estudo do programa Pension 65 no Peru.	*Pension 65*	Idosos	Não declarado Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)
Bellés-Obrero, La Mattina e Ye, (2025)	Working Paper	México	Documentar a prevalência da violência por parceiro íntimo (VPI), além da idade reprodutiva e fornecer as primeiras evidências do impacto do acesso de mulheres à renda na VPI na velhice.	Programa Pensão para Adultos Maiores	Idosos	Não possuem Não possuem
Chang et al. (2024)	Artigo	África do Sul	Avaliar o impacto da elegibilidade à aposentadoria sobre a hipertensão em um contexto rural de baixa renda na África do Sul.	Auxílio para idosos (*Older Person's Grant - OPG*)	Idosos	Não possuem *National Institute on Aging*

(continua)

Autor, ano	Tipo de estudo	País ou região	Objetivo do estudo	Nome adotado do Benefício Não Contributivo	População assistida pelo benefício	Conflitos de interesse/ Financiamento
Chen et al. (2020)	Artigo	China	Avaliar os efeitos das pensões sobre a utilização dos serviços de saúde por idosos e estimar o valor da pensão necessário para influenciar essa utilização.	Novo Seguro de Velhice Rural (*New Rural Old Age Insurance*)	Idosos	Não possuem Conselho Nacional de Saúde da China
Chen, Osberg e Phipps, (2015)	Artigo	Canadá	Investigar o efeito dos benefícios de deficiência parental no desenvolvimento cognitivo e não cognitivo entre crianças com pais com deficiência e crianças com pais sem deficiência.	Benefícios de deficiência provinciais	Pessoa com deficiência	Não possuem Não declarado
Chen, Wang e Busch, (2019)	Artigo	China	Estimar o impacto causal da participação na Nova Previdência Rural da China (NRPS) sobre a saúde mental dos idosos, especialmente sobre sintomas depressivos, entre adultos rurais na China.	Nova Pensão Rural da China (New Rural Pension Scheme – NRPS)	Idosos	Não possuem Não declarado
Chen, Tan, (2018)	Artigo	Singapura	Avaliar os efeitos da primeira pensão não contributiva nacional de Singapura (o *Silver Support Scheme* ou SSS) nas decisões de trabalho, nas transferências monetárias entre familiares e amigos, e nos gastos, 1 ano após a sua implementação.	Esquema de Apoio Prata (Silver Support Scheme - SSS)	Idosos	Não possuem *Centre for Research on the Economics of Ageing* da *Singapore Management University.*
Garroway, (2013)	Development Paper	Índia	Quantificar de forma rigorosa os impactos que o programa NSAP teve nos meios de subsistência dos indianos que vivem na pobreza.	Plano Nacional de Pensões para Idosos Indira Gandhi	Idosos	Não possuem Programa Nacional de Assistência Social
Guimbea, Menon, (2024)	Working Paper	Índia	Estimar o impacto do acesso a pensões públicas sobre três medidas de depressão entre idosos em domicílios abaixo da linha da pobreza, utilizando um desenho de regressão descontínua baseado nos pontos de corte de elegibilidade por idade.	Plano Nacional de Pensões para Idosos Indira Gandhi	Idosos	Não declarado *Centre for Research on the Economics of Ageing* da *Singapore Management University.*
Gutierrez, Rubli e Juarez, (2015)	Working Paper	México	Estimar o impacto de um programa de transferência de renda para indivíduos de 70 anos ou mais na Cidade do México sobre a matrícula escolar de crianças co-residentes.	Programa de Transferencia Alimentar para Idosos	Idosos	Não declarado *Centre for Research on the Economics of Ageing* da *Singapore Management University*.
Hernández-Grageda, Mina, (2025)	Artigo	México	Avaliar o impacto causal do programa de pensão não contributiva do México, a "*Pensión para el Bienestar de las Personas Adultas Mayores*" (PBPAM), sobre a insegurança alimentar entre idosos.	Pensão para a Bem-Estar das Pessoas Adultas Maiores (*Pensión para el Bienestar de las Personas Adultas Mayores*)	Idosos	Não declarado Não declarado
Hernani-Limarino, Mena, (2015a)	Working Paper	Bolívia	Avaliar os efeitos intencionais e não intencionais da *Renta Dignidad*, uma pensão universal não contributiva de velhice na Bolívia, sobre variáveis de bem-estar, poupança e investimento do lar e resultados do mercado de trabalho de beneficiários diretos e indiretos.	Renda de Dignidade (*Renta Dignidad*)	Idosos	Não declarado Não declarado
Hernani-Limarino, Mena (2015b)	Working Paper	Bolívia	Avaliar o impacto da política boliviana *Renta Dignidad*, analisando seus efeitos pretendidos e não pretendidos.	Renda de Dignidade (Renta Dignidad)	Idosos	Não declarado Não declarado
Juárez, Piña, (2021)	Artigo	México	Estimar o impacto de uma pensão não contributiva sobre o bem-estar subjetivo de idoso com diferença por gênero e os impactos heterogêneos segundo vulnerabilidade socioeconômica.	Programa de Cuidados para Idosos em Zonas Rurais (Programa de Atención a Adultos Mayores en Zonas Rurales - PAM)	Idosos	Não possuem Não declarado
Kim et al. (2025)	Artigo	Coreia do Sul	Examinar o impacto da expansão, implementada em julho de 2014, do programa de segurança de renda para idosos financiado por impostos (não contributivo) da Coreia, a Pensão Básica (PB), sobre a mortalidade por suicídio entre indivíduos com 65 anos ou mais.	Pensão Básica (PB)	Idosos	Não possuem Não declarado

(continua)

Autor, ano	Tipo de estudo	País ou região	Objetivo do estudo	Nome adotado do Benefício Não Contributivo	População assistida pelo benefício	Conflitos de interesse/ Financiamento
Kim, Lee e Kim, (2020)	Artigo	Coreia do Sul	Examinar os efeitos dos benefícios da pensão básica de velhice (BOP) sobre a saúde mental, especificamente sobre a depressão.	Pensão Básica de Velhice - PBV (*Basic Old-Age Pension – BOP*)	Idosos	Não possuem Não declarado
Kollamparambil, Etinzock, (2019)	Artigo	África do Sul	Analisar o impacto da pensão por velhice sobre o bem-estar subjetivo das pessoas idosas na África do Sul, buscando compreender o impacto diferencial do benefício entre homens e mulheres.	Pensão por velhice (*Old Age Pension*)	Idosos	Não possuem Não declarado
Lee, (2022)	Artigo	Coreia do Sul	Examinar os efeitos da expansão da Pensão Básica sobre as taxas de pobreza na terceira idade.	Pensão Básica (PB)	Idosos	Não declarado Não declarado
Liu, He e Gao, (2024)	Artigo	China	Avaliar as consequências a longo prazo da nova pensão social rural (NSSR) para a saúde dos idosos rurais na China.	Nova Pensão Social Rural (NSSR)	Idosos	Não possuem Não declarado
Martinez et al. (2019)	Artigo	El Salvador	Quantificar os efeitos da Pensão Básica Universal nos padrões de vida dos lares beneficiários e identificar efeitos heterogêneos por gênero do pensionista.	Pensão Básica Universal	Idosos	Não declarado Subvenção do governo de Luxemburgo ao governo de El Salvador.
Menares et al. (2026)	Artigo	México	Examinar se um programa de pensão não contributiva em áreas rurais pobres afeta a mortalidade de pessoas idosas.	Programa para Maiores de 70 anos (*Programa 70 y Más*)	Idosos	Não declarado Não declarado
Miglino et al. (2018)	Working Paper	Chile	Estimar o efeito de um aumento permanente de renda para idosos sobre seus desfechos de saúde.	Pensão Básica	Idosos	Não declarado Banco de desenvolvimento da América Latina (CAF)
Nguyen, Yamada, (2026)	Working Paper	Vietnã	Examinar o impacto do recebimento da pensão social nos padrões de despesa e na dificuldade material entre adultos mais velhos com 80 anos ou mais no Vietnã.	Pensão Social	Idosos	Não possuem *Japan Society for the Promotion of Science* e *Keio University*.
Oliveira, Kassouf e Aquino (2017)	Artigo	Brasil	Apresentar evidências sobre os efeitos de transbordamento (*spillover*) de uma transferência de renda direcionada a idosos pobres no Brasil.	Benefício de Prestação Continuada - BPC	Idosos	Não declarado Não declarado
Pak, (2021)	Artigo	Coreia do Sul	Investigar a expansão da previdência social na Coreia do Sul e seu impacto na saúde da população.	Pensão Básica (PB)	Idosos	Não possuem Não declarado
Pak, (2020)	Working Paper	Coreia do Sul	Avaliar a eficácia da expansão da reforma da previdência social de 2014 na Coreia do Sul utilizando diversas medidas de bem-estar subjetivo.	Pensão Básica (PB)	Idosos	Não declarado Acadêmico/institucional
Paulo, Wajnman e Oliveira, (2013)	Artigo	Brasil	Investigar o impacto do Benefício de Prestação Continuada sobre a composição dos arranjos domiciliares dos idosos no Brasil.	Benefício de Prestação Continuada (BPC)	Idosos	Não declarado Não declarado
Rodríguez *et al*. (2014)	Relatório de Avaliação de Impacto	México	Avaliar o impacto do programa 70 y más nas condições de nutrição e saúde mental.	Programa para Maiores de 70 anos (*Programa 70 y Más*)	Idosos	Não declarado *UKaid, the Bill & Melinda Gates Foundation, Hewlett Foundation and other 3ie members*.
Rosales, Mattos e Julião, (2023)	Artigo	Brasil	Avaliar o impacto do Programa de Benefício de Prestação Continuada (BPC) no estado nutricional e nos níveis de segurança alimentar de pessoas idosas no Brasil.	Benefício de Prestação Continuada (BPC)	Idosos	Não declarado CNPq e PEP-NET
Salinas-Rodriguez et al. (2014)	Artigo	México	Estimar o impacto do programa de pensão não contributiva para maiores de 70 anos ou mais no bem-estar mental de seus beneficiários.	Programa para Maiores de 70 anos (*Programa 70 y Más*)	Idosos	Não possuem Ministério do Desenvolvimento Social do México e pela *International Initiative for Impact Evaluation, Inc. (3ie)*, através da *Global Development Network (GDN)*.

(continua)

Autor, ano	Tipo de estudo	País ou região	Objetivo do estudo	Nome adotado do Benefício Não Contributivo	População assistida pelo benefício	Conflitos de interesse/ Financiamento
Unnikrishnan, Imai, (2020)	Artigo	Índia	Examinar o efeito do Programa Nacional de Pensões para Idosos Indira Gandhi sobre indicadores de bem-estar familiar, como despesas de consumo, renda, patrimônio e pobreza.	Plano Nacional de Pensões para Idosos Indira Gandhi (IGNOAPS)	Idosos	Não declarado Não declarado
Valderrama, Oliveira, (2023)	Working Paper	Peru	Estudar os efeitos causais do programa de pensão não contributiva do Peru, Pensión 65, sobre a mortalidade de idosos.	*Pensión 65*	Idosos	Não declarado UNU-WIDER e ao Ministério das Relações Exteriores da Finlândia.
Von Fintel, Pienaar, (2016)	Working Paper	África do Sul	Estimar se as Pensões por Idade financiadas pelo Estado incentivam atividade econômica não mercantil (na forma de agricultura em pequena escala) e melhoram a segurança alimentar autorreferida de domicílios rurais que praticam agricultura, em comparação com aqueles que não praticam.	Pensão por velhice (*Old Age Pension*)	Idosos	Não declarado Acadêmico/institucional

Fonte: elaboração própria. *"Não possuem": Significa que os autores declararam não ter conflito de interesse ou não terem recebido financiamento. "Não declarado": sinaliza que a informação não estava disponível no texto.
Siglas: CNPq: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico; UNU-WIDER: *United Nations University World Institute for Development Economics Research.*

De forma geral, os estudos avaliam impactos dessas políticas sobre bem-estar econômico, saúde, saúde mental, segurança alimentar, mercado de trabalho, arranjos domiciliares e efeitos intergeracionais, evidenciando o papel multifacetado das transferências de renda na proteção social. De modo a facilitar a leitura dos resultados, os desfechos avaliados foram divididos em (03) categorias: **Saúde e Bem-estar**, **Economia** e **Dinâmicas familiares e Sociais**. Dessa forma, **Saúde e Bem-estar** inclui aspectos como acesso à saúde, condição de saúde, qualidade de vida e saúde mental, incluindo satisfação com a vida e felicidade; saúde autoavaliada e agravos como hipertensão arterial; avaliação de sintomas relacionados a depressão; melhoria nutricional e redução de vulnerabilidade; **Economia** aborda dinâmica do trabalho, estrutura de consumo familiar, fontes e composição da renda, investimentos, mitigação da pobreza, segurança alimentar e nutricional, com desfecho como o aumento de renda/consumo per capita, poupança e ativos, redução da pobreza, insegurança alimentar, efeitos no trabalho. Por fim, em **Dinâmicas familiares e sociais**, aparece o capital humano (cognição e educação), estrutura e composição domiciliar, redes de suporte social e vínculos afetivos, vulnerabilidade e relações de gênero, com destaque para resultados relacionados a coesão social, composição familiar, impactos de gênero/violência, autonomia, suporte social). Cada subcategoria foi estruturada nos **Quadros 4, 5 e 6** com os respectivos Desfechos e Efeitos.

Quadro 3. Categorias de análise

Saúde e bem-estar
Acesso à saúde
Condição de saúde
Qualidade de vida
Saúde mental
Economia
Dinâmica do trabalho
Estrutura de consumo familiar
Fontes e composição da renda
Investimentos
Mitigação da pobreza
Segurança alimentar e nutricional
Dinâmicas familiares e sociais
Capital humano
Estrutura e composição domiciliar
Redes de suporte social e vínculos afetivos
Vulnerabilidade e relações de gênero

Fonte: Elaboração própria.

Para maior detalhamento sobre os desenhos metodológicos, especificações econométricas, características de cada uma das políticas e outras informações sobre os estudos, recomenda-se a leitura dos **Apêndices 3.1 a 3.3** que apresentam a descrição completa das abordagens analíticas e dos estudos incluídos.

Nos itens 3.2.1, 3.2.2 e 3.2.3, os resultados quantitativos estão descritos por autores.

3.2.1 Resultados sobre efeitos em Saúde e Bem-estar

Os resultados organizados na categoria **Saúde e Bem-estar** referem-se à ampliação da utilização de serviços de saúde, prevalência e desempenho físico-funcional do beneficiário, redução da mortalidade, aumento da satisfação com a vida e da sensação de bem-estar, além dos resultados de melhora da saúde mental e sintomas depressivos. Os 24 estudos que apresentam resultados dessa categoria estão descritos no **Quadro 4**, abaixo.

A qualidade de vida envolve não somente a satisfação geral com a vida, mas também a qualidade da alimentação, o bem-estar subjetivo, a autoestima e a capacidade de reagir às adversidades (resiliência). Receber o benefício representou um aumento de 0,14 na escala de **satisfação com a vida** na África do Sul (Agüero; Fasola, 2022), e na Nigéria, em Alzúa et al. (2019), que responde positivamente a maiores períodos de participação na política (0,491 p.p. com 6 meses e 1,024 p.p. aos 12 meses). Espera-se igualmente que a maior disponibilidade de renda favoreça o **status nutricional** dos participantes desse tipo de programa. Aguila, Kapteyn e Perez-Arce (2017) e (Rodríguez et al., 2014) encontraram efeitos de maior disponibilidade e diversidade de alimentos após a entrada na política, sendo mais intenso para mulheres e indígenas no último. Almeida et al. (2024) ressalta a baixa *resiliência* das famílias beneficiárias em casos de atraso ou suspensão de pagamentos, ($-8{,}64$; intervalo de confiança (IC) de 95%: $-14{,}20$; $-3{,}08$). Seis estudos abordaram questões relacionadas ao bem-estar (Avila-Parra; Escamilla-Guerrero, 2017; Bando; Galiani; Gertler, 2017; Juárez; Rodríguez Piña, 2021; Kollamparambil; Etinzock, 2019; Pak, 2020; Rodríguez et al., 2014). Esse recebimento é positivamente associado à melhoria da *percepção de bem-estar* do grupo de pessoas idosas, com destaque para uma maior intensidade nessa percepção para os grupos de mulheres – incremento de 0,679 em uma escala de 0 a 10 (Kollamparambil; Etinzock, 2019) e para mulheres e indígenas - 0,026 d.p. (Juárez; Rodríguez Piña, 2021), em relação aos demais grupos. Bando, Galiani e Gertler (2017) observou também um incremento na *autoestima* após a participação: aumento de 0,04 pontos (de 0,57 para 0,61), equivalente a +6,54% (significativo na especificação com controles).

Chen et al. (2020), Guimbeau e Menon (2024) e Martinez, Pérez e Yarygina (2019) associaram o benefício a uma maior **utilização dos serviços de saúde**. Em Chen et al. (2020), o uso dos serviços ambulatoriais foi sensível à baixa renda (razão de chances, *odds ratio* (OR) = 1,219; $p<0{,}05$) e assim como o serviço de internação pelos de baixa (OR = 1,237; IC 95% 1,108–1,381), média-alta renda. Aumento no autotratamento (OR = 1,207; IC 95% 1,046–1,393). Para avaliar as **condições de saúde**, os autores utilizaram métricas como o índice de fragilidade - perda de peso não intencional, fraqueza manual, exaustão, baixa velocidade de caminhada e nível de atividade física - de mulheres respondeu

melhor ao benefício que em homens [-0,43 na gravidade da fragilidade, com IC 95% -0,57; -0,29; p < 0,001] em Aguila, López-Ortega e Gutiérrez Robledo (2018) e o desempenho físico-funcional na população em áreas rurais também foi observada (Liu; He; Gao, 2024). Menares et al. (2026), Miglino et al. (2018), Valderrama e Olivera (2023) perceberam uma redução na mortalidade dos grupos beneficiários.

A **saúde mental** foi objeto de análise em nove estudos, revelando resultados majoritariamente positivos. O alívio dos sintomas depressivos, observado em oito deles, apresentou variações importantes em magnitude, temporalidade e grupos beneficiados. No que diz respeito à magnitude das melhorias, destacam-se quedas expressivas nos indicadores: Chen, Wang e Busch (2019) identificaram uma redução de 17,5 pontos percentuais na probabilidade de depressão, com efeito acentuado entre os mais pobres e com pior saúde mental inicial. Guimbeau e Menon (2024) verificaram uma queda de 10,1 pontos percentuais no limiar crítico da idade, registrando melhorias de 12% a 32% em escalas específicas (com destaque para uma redução de 21% na medida *Depression2* entre as mulheres). Similarmente, Bando, Galiani e Gertler (2017) encontraram redução de 8,68 pontos percentuais na Escala de Depressão Geriátrica, enquanto Pak (2020) mediu uma diminuição entre 8,1% e 9,0%. Corroborando esse cenário de melhora geral, Liu, He e Gao (2024) registraram um aumento de 2,93 pontos na saúde mental autorreferida de idosos residentes em áreas rurais.

Os estudos também revelaram dinâmicas específicas e impactos em subgrupos. Rodríguez et al. (2014) notaram a redução de sintomas leves e graves com foco em populações vulnerabilizadas, impactando principalmente as mulheres (7%) e as populações indígenas (3,2%). A temporalidade desse alívio também variou: Rodríguez et al. (2014) identificaram efeitos de antecipação da política, com diminuição da depressão e aumento dos sentimentos de segurança e bem-estar antes mesmo do recebimento contínuo; ao passo que Alzúa et al. (2019) observaram que a redução da depressão e de comportamentos de risco ocorreu de forma não contínua, restringindo-se ao curto prazo (efeito de 0,283 pontos após seis meses). Em contextos de maior severidade, os benefícios se estenderam à preservação da vida, como demonstrado por Kim et al. (2025), que observaram uma redução significativa na mortalidade por suicídio entre mulheres idosas. Em contraste com essa tendência geral de proteção psicológica, o estudo de Kim, Lee e Kim (2020) figurou como a única exceção, não encontrando evidências de alívio ou diminuição da depressão entre os idosos na faixa dos 70 anos de idade.

Quadro 4. Efeitos observados por estudo, categoria, subcategoria e desfecho – Saúde e Bem-estar

Saúde e Bem-estar			
Estudo	**Subcategoria**	**Desfecho**	**Efeitos observados**
Agüero, Fasola, (2022)	Qualidade de Vida	Satisfação com a vida	Melhora do Bem-estar e satisfação com a vida.
Alzúa et al. (2019)			Houve aumento na satisfação com a vida.
Aguila, Kapteyn, Perez-Arce, (2017)		Status nutricional	Melhorias na disponibilidade de alimentos variáveis ao longo do tempo de exposição com o benefício.
Rodríguez et al. (2014)			Melhora na nutrição com aumento da ingestão diária de proteínas, carboidratos. Idosos beneficiários são menos obesos.
Almeida, et al. (2024)		Resiliência	Adoção de estratégias de enfrentamentos mais positivas em respostas a choques. Atrasos nos pagamentos enfraquecem a resiliência e pioram a capacidade de suportar choques.
Avila-Parra, Escamilla-Guerrero (2017)		Bem-estar	Aumento do tempo gasto com atividades prazerosas/lazer.
Bando, Galiani, Gertler (2017)			Aumento no bem-estar subjetivo.
Juarez, Piña (2021)			Aumento do bem-estar subjetivo de mulheres e homens indígenas vulneráveis.
Kollamparambil, Etinzock, (2019)			Aumento do bem-estar geral e entre as mulheres, em uma escala de 0 a 10.
Pak, (2021)			Aumento na satisfação financeira entre indivíduos acima de 70 aos e no quartil mais baixo de riqueza.
Rodríguez et al. (2014)			Alívio do estresse financeiro e aumento da sensação de segurança.
Bando, Galiani, Gertler (2017)		Autoestima	Aumento da autoestima.
Agüero, Fasola, (2022)	Acesso a saúde	Ampliação da utilização de serviços	Aumento do uso de serviços de saúde
Chen et al. (2020)			Aumento do uso dos serviços ambulatoriais pela população de baixa renda. Aumento no autotratamento.
Guimbeau e Menon (2024)			Aumento do uso de serviços de saúde entre homens e maior cobertura para medicamentos.
Martinez et al. (2019)			Aumenta a probabilidade de o idoso visitar um médico
Aguila, López-Ortega, Robledo, (2018)	Condição de Saúde	Impacto na fragilidade multidimensional	Redução do risco de fragilidade entre as mulheres idosas (programa Estadual). Não houve alterações estatisticamente significativas no nível de fragilidade dos homens, independentemente de receberem o benefício federal ou estadual.
Chang et al., (2024)		Doenças crônicas não transmissíveis	A expansão da elegibilidade à pensão ampliou o risco de hipertensão no longo prazo.
Guimbeau e Menon (2024)			Redução da prevalência de obesidade e diabetes; sem mudanças na atividade física ou tabagismo.

(continua)

Saúde e Bem-estar			
Estudo	**Subcategoria**	**Desfecho**	**Efeitos observados**
Liu, He e Gao, (2024)		Desempenho físico/ funcional	Melhora na função física, redução de limitações físicas em idosos de áreas rurais.
Menares et al. (2026)		Redução da mortalidade	Redução da mortalidade por causas não cardiovasculares entre idosos em áreas rurais pequenas
Miglino et al. (2018)			Redução da mortalidade e de experimentar um evento médico.
Valderrama, Oliveira, (2023)			Redução da mortalidade entre grupos de maior risco de morte e aumento na expectativa de vida aos 65 anos.
Alzúa, Cantet, Dammert e Olajide (2019)	Saúde Mental	Sintomas depressivos	Redução da depressão e do comportamento de risco.
Bando, Galiani, Gertler (2017)			Redução nos sintomas depressivos
Chen, Wang, Busch, (2019)			Redução da probabilidade de apresentar sintomas depressivos
Guimbeau, Menon (2024)			Redução dos sintomas depressivos
Kim, Lee e Kim, (2020)			Não houve alívio ou diminuição da depressão entre idosos na faixa dos 70 anos de idade.
Pak, (2020)			Redução dos sintomas depressivos e melhora da saúde mental
Rodríguez et al. (2014)			Redução dos sintomas depressivos leves e graves
Salinas-Rodriguez et al. (2014)			Efeitos de antecipação e a diminuição dos sintomas depressivos e aumento dos sintomas de segurança e bem-estar.
Liu, He e Gao, (2024)		Melhora da saúde mental	Melhora na saúde mental autorreferida de idosos residentes em área rural.
Kim et al. (2025)		Redução da mortalidade por causas externas autoinfligidas	Redução da mortalidade por suicídio em mulheres.

Fonte: elaboração própria.

3.2.2 Resultados sobre Economia

A categoria Economia refere-se aos estudos cujo resultados são relacionados as dimensões da estrutura de consumo familiar, segurança alimentar e nutricional, fontes e composição de renda, investimentos, dinâmica do trabalho e mitigação da pobreza. Ao todo, 24 documentos incluídos nesta revisão fazem parte desta categoria e estão descritos no **Quadro 5**.

A **segurança alimentar e nutricional** é um dos desfechos mais potentes da política. O recebimento do benefício está associado à melhora dos índices de segurança alimentar em diversos contextos. Nesse sentido, Alzúa et al. (2019) aponta uma redução da insegurança alimentar (IA) em $-0{,}333$ pontos aos doze meses de participação no programa ($p<0{,}01$) e Martinez, Pérez e Yarygina (2019), uma redução de 35,4%, contudo com impacto estatístico menor entre o público feminino (significância de 5%). O benefício reduziu também a IA entre idosos que moram sozinhos em 7,3 p.p. – considerando que a insegurança alimentar de base nesse grupo é de aproximadamente 40% –, uma redução estimada de 18% (Hernández-Grageda; Ceballos Mina, 2025)

A eficácia do programa é particularmente elevada na proteção contra a IA leve, com um coeficiente de –0,68 ($p < 0{,}01$) (Rosales; Mattos; Julião, 2023). A periodicidade do desembolso revela-se um fator importante, enquanto pagamentos mensais promovem a melhora nos índices de IA, os modelos bimestrais resultam em diminuição no consumo alimentar ao final de cada ciclo de pagamento ($p < 0{,}05$) (Aguila; Kapteyn; Perez-Arce, 2017).

Quanto à estrutura do **consumo familiar**, observa-se uma expansão de bens e acúmulos ativos, com aumento (23-24% [mudanças-em-mudanças, *changes-in-changes* (CIC)]; 25% [DiD]) nos investimentos em melhorias das habitações (Hernani-Limarino; Mena, 2015a; Hernani-Limarino; Mena, 2015b) e nas posses em bens duráveis (Aguila; Kapteyn; Perez-Arce, 2017). Na realocação de gastos fica evidente o aumento no consumo total e alimentar das famílias. Bando, Galiani e Gertler (2017) quantifica um incremento de 38,38 p.p. nos gastos com alimentos por adulto; Almeida et al. (2014), um aumento de 4,3 vezes no consumo alimentar após o recebimento do benefício e, em Martinez, Pérez e Yarygina (2019), o aumento fica entre 10 e 14,7%, relacionado a capacidade de comprar mais alimentos em cerca de 20%. Na Índia, o benefício elevou o consumo de alimentos em 5,8%, enquanto o de bens não alimentares essenciais foi de 8,7% e 10% nos ativos domiciliares (Unnikrishnan; Imai, 2020).

Outros estudos evidenciam o empoderamento dos idosos frente a tomada de decisões domésticas, com aumento em $\sim$9 p.p. ($p<0{,}001$) e nas decisões sobre os gastos domésticos com aumento em $\sim$10 p.p ($p < 0{,}001$) (Rodríguez et al., 2014). Na Bolívia, Archer (2020), observou que a elegibilidade do programa resultou em ganhos expressivos para idosos falantes de línguas não nativas, com um aumento médio de \$210,97 no consumo per capita, sendo \$162,08 destinados a gastos não alimentar per capita e \$426,54 no consumo não alimentar. Da mesma maneira, as mulheres apresentaram incrementos significativos de \$489,44 no consumo não alimentar e \$124,34 no consumo alimentar per capita.

Alzúa et al. (2019) e Garroway (2013), no entanto, observaram uma diminuição nos gastos totais e com saúde e Nguyen e Yamada (2025) identificaram um aumento na privação material (gastos no geral: -0,513; gastos com alimentação durante feriados: -0,745 e outros gastos em áreas rurais: -1,373) entre os beneficiários residentes de áreas rurais, enquanto aqueles que vivem nas áreas urbanas apresentaram diminuição nos gastos diários não alimentares. Para o último, esses resultados podem estar relacionados a comportamentos econômicos, como ausência de incentivos à prática agrícola e à ocupação.

Em relação às **fontes de renda e investimentos**, a elegibilidade está associada ao fortalecimento socioeconômico, uma vez que há uma maior propensão de acesso a um rendimento monetário não agrícola (0,48 [variável instrumental (IV)]; 0,11 [estimador *front-door* (FD)]) e a uma medida mais elevada de capital social (4,13 FD) (ALMEIDA *et al.*, 2024). Nove estudos observaram que o benefício é importante para a autonomia econômica, provendo aumento na renda dos idosos. Alzúa et al. (2019) observou aumento da *renda domiciliar* entre os beneficiários na Nigéria. É observado também um incremento da renda não laboral per capita entre 246% e 258% (Hernani-Limarino; Mena, 2015a) na Bolívia e de 52% em El Salvador (Martinez; Pérez; Yarygina, 2019). O benefício também pode induzir um aumento nas transferências governamentais recebidas pelo domicílio no México, como observado por Gutierrez, Juárez e Rubli (2017). Houve um aumento acentuado nas transferências bem como na renda total do domicílio. As estimativas sugerem que o programa aumentou tais transferências em 3 a 4 vezes, enquanto a renda total aumentou em cerca de 20 pp. De forma inesperada, identificaram-se efeitos negativos e significativos sobre a renda domiciliar per capita do trabalho, com uma queda entre 30% e 33%. Esses efeitos são mais evidentes nos domicílios que possuem beneficiários homens e mulheres (Hernani-Limarino; Mena, 2015b).

Na África do Sul, a *renda* mensal *per capita* é significativamente menor entre domicílios que recebem o benefício (Rands 594,07) em comparação aos sem a Pensão de Velhice (*Old Age Pension*, OAP) (Rands 995,59), com diferença de $-$R401,52 ($p<0,01$). De forma semelhante, agricultores apresentam renda per capita inferior (Rands 652,61) à dos não agricultores (Rands 970,75), diferença de $-$Rands 318,14 ($p<0,01$), indicando que as transferências estão direcionadas a domicílios mais pobres. Na Bolívia, as mulheres tiveram um aumento na renda per capita de $176,12 (Archer, 2020). Domicílios com apenas com mulheres beneficiárias no mesmo país, apresentaram aumento na renda domiciliar per capita de 36% (Hernani-Limarino; Mena, 2015b; Hernández-Grageda; Ceballos Mina, 2025). Pôde ser observado que o impacto da transferência de renda é maior para as mulheres (3,057/0,307) do que para os homens (1,946/0,309), o que provavelmente se deve ao fato de os homens possuírem maior acesso a pensões contributivas, limitando o recebimento da transferência a 75% do valor total. No México, a pensão não contributiva aumentou a renda per capita do grupo elegível em 12,5%, mais acentuado entre os indígenas – quase três vezes maior (0,277 vs 0,108) do que o observado para os não indígenas (Avila-Parra; Escamilla-Guerrero, 2017).

A gestão de *reserva financeira* apresenta comportamentos distintos entre os beneficiários. Alonso, Amuedo-Dorantes e Juárez (2016) identificaram uma redução nas taxas de poupança (entre

8 e 12 p.p.) em favor de uma recomposição de ativos, com maiores investimentos imobiliários (4 p.p.) e em capital humano (8 p.p.). Outros autores apontam para um estímulo direto e ao aumento da poupança (Hernani-Limarino; Mena, 2015a; Alzúa et al., 2019). No caso da poupança como proporção da renda, o incremento foi de 110 p.p. (0,42) e, no caso da poupança como proporção do consumo, o incremento foi de 13 p.p. (0,07) (Hernani-Limarino; Mena, 2015a).

No contexto da **dinâmica do trabalho**, a transferência de renda impacta a oferta de trabalho, permitindo uma redução da sobrecarga laboral. Em domicílios com idosos acima de 70 anos, a proporção de membros trabalhando reduziu 6,3%, enquanto naqueles cujos membros tinham entre 65 e 69 anos, a redução foi de 9,5 p. p. (Alonso; Amuedo-Dorantes; Juárez, 2016). Guimbeau e Menon (2024) observou que a elegibilidade à pensão reduz significativamente a probabilidade de estar empregado em 8,1 p.p. e trabalhando por remuneração em 6,2 p.p., com efeito sobre o status de emprego mais pronunciado entre indivíduos viúvos. Conforme Bellés-Obrero, La Mattina e Ye (2025), a elegibilidade ao benefício no México reduziu em 21% a probabilidade de as mulheres exercerem atividades remuneradas e incrementou em 6% a probabilidade de se dedicarem exclusivamente ao trabalho doméstico. Alzúa et al. (2019) observaram que o benefício não mudou a decisão de trabalhar, mas mudou a intensidade, reduzindo cerca de 6,4 horas de trabalho na semana. Isso também se observa no Vietnã, com uma diminuição na sobrecarga laboral de -0,513 dias trabalhados no mês e -0,773 dias de participação em atividades agrícolas (NGUYEN, YAMADA, 2026). Em El Salvador, Martinez et al (2019) analisaram as atividades de trabalho com dois indicadores, estimando diminuição de 2,8 p.p. em emprego remunerado e de 15,5 p.p autoemprego. Em Singapura, o benefício não contributivo também não causou impacto nas decisões de trabalho dos idosos beneficiários (Chen; Tan, 2018).

Por sua vez, Ávila-Parra, Escamilla-Guerrero e Gálvez-Soriano (2024) identificaram efeito positivo na participação da força de trabalho restrito às áreas rurais (+0,058), onde a expansão do benefício promoveu uma substituição do trabalho subordinado na ordem de 5 p. p. entre mulheres (0,054) e 15 p. p indígenas (0,153). Adicionalmente, observou-se um incremento na oferta e na carga horária semanal (em 2,5 horas) no grupo de meninas de 11 a 17 anos coabitantes dos beneficiários. Tais achados convergem com as observações de Hernani-Limarino e Mena (2015b), que identificaram um aumento da *participação de crianças e jovens* do sexo masculino (7 a 19 anos), residentes em domicílio beneficiados. Ao contrário, Gutierrez, Juárez e Rubli (2017) observaram uma diminuição na participação das crianças na força de trabalho (-0,127), particularmente para os meninos (-0,291), embora com nível de significância de 10% e Oliveira, Kassouf e Aquino (2017), no Brasil, identificaram menor força de trabalho infantil de corresidentes de beneficiários, especialmente de meninos abaixo dos 16 anos de idade (0,2250 [RDD]; -0,6793 [regressão linear local (LLR)]).

Por fim, a política demonstra alta eficácia na **mitigação da pobreza e redução da vulnerabilidade.** Avila-Parra e Escamilla-Guerrero (2017) observaram que a expansão do programa de benefício no México reduziu consistentemente diferentes medidas de pobreza extrema e multidimensional. As estimativas dos efeitos do tratamento sobre os tratados (*treatment on the treated*, TOT) sugerem que a política reduziu em 11,5 p. p. ($p<0.05$) a probabilidade de extrema pobreza e de 13,2 p.p na pobreza

multidimensional, além de reduzir os índices de hiato de pobreza (7,9 p.p) e de severidade (6,1 p.p). No que tange aos direitos sociais, o programa reduziu a privação de seguridade social em 30,6 p.p. Em Ávila-Parra, Escamilla-Guerrero e Gálvez-Soriano (2024), a pobreza extrema foi reduzida em 5,1 p.p. para o idoso médio. O efeito foi acentuado entre as populações mais vulneráveis: para os indígenas, a redução na pobreza extrema foi de 20 p.p. (chegando a 39 p.p. nas estimativas de variáveis instrumentais). Geograficamente, o sucesso da intervenção na redução da pobreza extrema concentrou-se nas áreas rurais (11 p.p.) e urbanas de médio porte (9 p.p.), com uma redução de 21 p.p. na pobreza geral nestes centros urbanos. Contudo, não foi observado nenhum impacto sobre a pobreza moderada. Em El Salvador, Martinez, Pérez e Yarygina (2019) observaram que o índice de pobreza extrema em domicílios beneficiários é reduzido na faixa de 12,4$\sim$17,4 p.p. Considerando que 59% do grupo de controle encontrava-se em situação de extrema pobreza, a incidência entre os beneficiários foi reduzida, aproximadamente 45%. Este resultado pode ser explicado pelo aumento da renda não-laboral entre os domicílios beneficiários. Archer (2020), por sua vez, destaca a diminuição da pobreza moderada, na Bolívia, para mulheres (0,126) e falantes da língua nativa (0,167), reforçando o papel da renda na inclusão socioeconômica.

Quadro 5. Efeitos observados por estudo, categoria, subcategoria e desfecho – Economia

Economia			
Estudo	**Subcategoria**	**Desfecho**	**Efeitos observados**
Aguila, Kapteyn, Perez-Arce, (2017)	Segurança alimentar e nutricional	Redução da insegurança alimentar	Melhora nos índices de insegurança alimentar (programa mensal). No programa bimestral, o consumo alimentar reduziu ao final de cada ciclo de pagamento.
Alzúa et al. (2019)			Melhora na segurança alimentar.
Hernández-Grageda, Mina, (2025)			Redução da insegurança alimentar entre idosos isolados socialmente.
Martinez et al. (2019)			Redução na insegurança alimentar, com heterogeneidade de impacto por gênero. Queda na insegurança alimentar menor para o público feminino.
Rosales, Mattos e Julião, (2023)			Proteção contra insegurança alimentar leve.
Aguila, Kapteyn, Perez-Arce, (2017)	Estrutura de consumo familiar	Expansão de bens material e acúmulo de ativos	Aumento na posse de bens duráveis.
Hernani-Limarino, Mena, (2015a)			Aumento nos investimentos em melhorias das moradias.
Hernani-Limarino, Mena, (2015b)			Aumento nos investimentos em melhorias habitacionais.
Rodríguez et al. (2014)		Empoderamento	Participação na tomada de decisões domésticas e gastos do domicílio.
Salinas-Rodriguez et al. (2014)			Aumento da participação do idoso nas decisões familiares e participação nas decisões referentes as despesas.
Almeida et al. (2024)		Realocação de gastos	Aumento do consumo total e alimentar das famílias.
Alzúa et al. (2019)			Diminuição dos gastos totais e com saúde.
Bando, Galiani e Gertler (2017)			Aumento nos gastos com alimentos por adultos e nos gastos não alimentares.
Martinez et al. (2019)			Aumento no consumo de alimentos.
Nguyen, Yamada, (2026)			Aumento na privação material entre os beneficiários de áreas rurais e uma diminuição nos gastos diários não alimentares em áreas urbanas.
Unnikrishnan, Imai, (2020)			Aumento do consumo total, de alimentos, bens não alimentares essenciais e ativos domiciliares.
Archer, (2020)		Inclusão e equidade no consumo	Aumento dos consumos per capita, não alimentar e não alimentar per capita para os idosos falantes de língua não nativa e mulheres.
Garroway, (2013)		Declínio no bem-estar material	Consumo e rendas mais baixos e taxas de pobreza mais elevadas.
Almeida et al. (2024)	Fontes e composição da renda	Fortalecimento socioeconômico	Maior propensão a ter acesso a rendimento monetário não agrícola e a uma medida mais elevada de capital social.

(continua)

Economia			
Estudo	**Subcategoria**	**Desfecho**	**Efeitos observados**
Alzúa et al. (2019)		Autonomia econômica	Aumento da renda domiciliar.
Archer, (2020)			Aumento da renda per capita para mulheres.
Ávila-Parra, Guerrero, Gálvez-Soriano, (2023)			Aumento da renda para residentes de áreas rurais e urbanas de médio porte.
Gutierrez, Rubli, Juarez, (2015)			Aumento acentuado nas transferências governamentais recebidas e na renda total do domicílio.
Hernani-Limarino, Mena, (2015a)			Aumento da renda domiciliar per capita (mulheres beneficiadas), incremento na renda não laboral. Diminuição da renda laboral per capita.
Hernani-Limarino, Mena, (2015b)			Aumento da renda não laboral do domicílio, aumento da renda domiciliar per capita.
Martinez et al. (2019)			Aumento da renda não laboral.
Nguyen, Yamada, (2026)			Diminuição da renda e dos gastos com alimentação em feriados e outros gastos em áreas rurais.
Von Fintel e Pienaar, (2016)			Renda mensal per capita menor entre beneficiários.
Alonso, Amuedo-Dorantes, Juárez, (2018)	Investimentos	Reserva financeira	Redução nas taxas de poupança dos domicílios e maior investimento em ativos e em investimentos imobiliários.
Alzúa et al. (2019)			Aumento na poupança.
Hernani-Limarino, Mena, (2015a)			Estímulo e aumento da poupança.
Hernani-Limarino, Mena, (2015b)			Aumento da poupança.
Alzúa et al. (2019)	Dinâmica do trabalho	Sobrecarga laboral	Diminuição na carga horária de trabalho semanal após 12 meses de recebimento do benefício.
Ávila-Parra, Guerrero, Gálvez-Soriano, (2023)			Aumento da oferta e carga horária de trabalho semanal das meninas de 11 a 17 anos de idade coabitantes dos beneficiários.
Guimbeau, Menon (2024)			Menor probabilidade de as mulheres trabalharem por remuneração e redução das horas semanais dedicadas ao trabalho principal.
Nguyen, Yamada, (2026)			Redução do número de dias de trabalho por mês.
Alonso, Amuedo-Dorantes, Juárez, (2018)		Mercado de trabalho	Redução na proporção de membros do domicílio trabalhando.
Ávila-Parra, Guerrero, Gálvez-Soriano, (2023)			Aumento na probabilidade de mulheres e indígenas participarem da força de trabalho.
Chen, Tan (2018)			O Silver Support Scheme não apresentou um impacto nas decisões de trabalho dos seus beneficiários
Hernani-Limarino, Mena, (2015b)			Redução da participação das mulheres no mercado de trabalho e nas horas trabalhadas.

(continua)

Economia			
Estudo	**Subcategoria**	**Desfecho**	**Efeitos observados**
Martinez *et al.* (2019)			Diminuição do emprego remunerado e do autoemprego.
Nguyen, Yamada, (2026)			Diminuição da participação em atividades agrícolas.
Oliveira, Kassouf e Aquino, (2017)			Redução da oferta de trabalho do idoso.
Gutierrez, Rubli, Juarez, (2015)		Trabalho infantil	Menor força de trabalho infantil de corresidentes de beneficiários, especialmente para os meninos.
Hernani-Limarino, Mena, (2015 b)			Aumento da participação de meninos (7 a 19 anos) corresidentes de beneficiários no mercado de trabalho.
Martinez et al. (2019)			Redução do autoemprego de menores que vivem com uma beneficiária mulher.
Oliveira, Kassouf e Aquino, (2017)			Redução do trabalho infantil no domicílio.
Archer, (2020)	Mitigação da Pobreza	Inclusão socioeconômica	Diminuição da pobreza moderada para os falantes da língua nativa e mulheres.
Avila-Parra, Escamilla-Guerrero (2017)		Redução da Vulnerabilidade	Redução da probabilidade de pobreza extrema.
Ávila-Parra, Guerrero, Gálvez-Soriano, (2023)			Redução da pobreza extrema em áreas rurais e urbanas de médio porte e da pobreza nas áreas urbanas de médio porte.
Lee, (2022)			Redução do risco de pobreza e da pobreza extrema.
Martinez et al. (2019)			Redução da pobreza extrema

Fonte: elaboração própria. **Nota:** Os artigos Hernani-Limarino, Mena, (2015a) e Hernani-Limarino, Mena, (2015b) são provenientes de um mesmo estudo. Ambos foram incluídos na revisão por apresentarem níveis distintos de detalhamento analítico e de explicitação dos resultados, não tendo ocorrido duplicidade de informações.

3.2.3 Resultados sobre Dinâmicas familiares e sociais

Os resultados organizados na categoria **Dinâmicas familiares e sociais** reúnem 10 estudos, distribuídos em subcategorias como relações de gênero, capital humano, redes de suporte social, transferências intergeracionais e composição domiciliar. Dentre os estudos, um aborda a violência por parceiro íntimo, outro trata do capital humano envolvendo pessoas com deficiência, cinco estudos analisam efeitos sobre capital humano, especialmente em crianças e adolescentes e quatro exploraram mudanças nas redes sociais, participação comunitária e organização familiar. Os desfechos analisados incluem violência, educação, engajamento social, fluxos de apoio familiar e arranjos domiciliares, conforme apresentado no **Quadro 6**.

O estudo de Bellés-Obrero, La Mattina e Ye (2025) identificou aumento na probabilidade de violência contra mulheres idosas elegíveis à pensão no México, com magnitudes que variam entre +4,1 p.p. para qualquer violência e até +6,3 p.p. para violência psicológica, com maior intensidade entre mulheres de 66 a 67 anos. Esses achados sugerem que a introdução de renda própria pode reconfigurar relações de poder no domicílio, gerando tensões associadas à disputa por recursos e à redistribuição da dependência econômica, com impactos negativos sobre vínculos afetivos e segurança.

De maneira semelhante, quatro autores discutiram como as políticas de benefícios ampliaram o capital humano, aqui expresso enquanto habilidades cognitivas e engajamento escolar de corresidentes. O estudo de Chen, Osberg e Phipps (2015) revelou que as crianças de pais com deficiência que recebem os benefícios têm melhor desempenho matemático ($\approx 8\%$ de um desvio-padrão a menos) que as crianças de pais sem deficiência na província. Variações de valor geram impactos diretos nesse resultado: uma redução de US$3.000 anuais está associada a uma diminuição de -3% de um desvio-padrão no desempenho cognitivo, além de aumento de 10% a 11% de um desvio-padrão em problemas comportamentais e ansiedade emocional. O efeito causal pode ser substancialmente maior (até 6–7 vezes), indicando forte sensibilidade do desenvolvimento infantil às condições econômicas e às dinâmicas familiares mediadas pelo tempo e recursos parentais. Esses efeitos são mais intensos quando a mãe é a pessoa com deficiência, sugerindo maior impacto sobre a organização do cuidado e dos vínculos afetivos.

Gutierrez, Juárez e Rubli (2017) destacam que os benefícios produzem efeitos intergeracionais sobre a **educação** dos adolescentes. O programa gera um aumento elevado na matrícula escolar de crianças corresidentes entre 13 e 18 anos. As estimativas principais indicam que a pensão aumenta a matrícula escolar em aproximadamente 20 a 33 (p.p). Em especificações alternativas, os efeitos variam entre 19 e 54 p.p, dependendo do modelo e das especificações utilizadas. Essas magnitudes indicam que o programa leva a níveis próximos da universalização da matrícula escolar entre os domicílios beneficiários, em comparação aos não elegíveis.

Oliveira, Kassouf e Aquino (2017) indicaram efeitos indiretos (*spillovers*), especialmente via redução do trabalho infantil e aumento da probabilidade de estudar. Há efeitos indiretos sobre as crianças e os adolescentes corresidentes, com redução de 22,5 p.p. no trabalho infantil, o que implica

em um aumento da frequência ou permanência escolar, sobretudo entre adolescentes do sexo masculino. Em Hernani-Limarino e Mena (2015a) esses efeitos são medidos sobre as crianças e adolescentes de 7 a 19 anos e revelam uma expressiva heterogeneidade de gênero: para os meninos, observou-se um aumento de 8∼9 p.p. na participação no mercado de trabalho, acompanhado por efeitos negativos na educação, com uma redução de 6∼8 p.p. na taxa de matrícula e uma queda de 5∼7 p.p. na frequência escolar. Em contraste, as meninas inseridas nas mesmas condições domiciliares não apresentaram aumento na inserção laboral e evidenciaram melhoras significativas em seus indicadores educacionais, com um incremento de 6∼7 p.p. na matrícula e de ∼8 p.p. na frequência escolar. Os autores sugerem que essa dinâmica pode refletir uma substituição intrafamiliar da força de trabalho: como os idosos reduzem sua oferta laboral ao receber a pensão, os domicílios acabam compensando com a inserção dos meninos, ao mesmo tempo em que a renda adicional propicia uma maior permanência das meninas na escola.

Em relação aos estudos das **redes de suporte social e vínculos afetivos** autores como Guimbeau e Menon (2024) demonstram, por análises de heterogeneidade e mediação, que o acesso às pensões públicas aumenta o engajamento social entre mulheres idosas pobres, especialmente ampliando a participação em grupos sociais e atividades relacionadas ao cuidado pessoal. Também por heterogeneidade, Nguyen e Yamada (2025) indicam um padrão consistente de substituição de transferências privadas em áreas urbanas e reconfiguração das relações intergeracionais. As pensões sociais estariam associadas a um aumento na probabilidade de os idosos oferecerem apoio financeiro aos netos, especialmente em áreas urbanas. A autonomia financeira desempenha papel central, especialmente entre mulheres viúvas que apresentam os maiores ganhos quando vivem sozinhas. Isso sugere que o bem-estar não depende exclusivamente da presença de suporte familiar, mas da posição do indivíduo dentro dessas relações, particularmente do grau de controle sobre recursos.

Dois estudos avaliaram a **estrutura e composição familiar.** Em Oliveira, Kassouf e Aquino (2017) os resultados não mostram efeitos significativos da elegibilidade à pensão sobre a composição domiciliar, incluindo a probabilidade de morar sozinho ($-0{,}0137$ a $0{,}0740$). O único efeito marginalmente significativo encontrado foi um incremento de +0,215 membros na faixa etária de 30 a 49 anos no domicílio (RDD), o que sugere uma evidência fraca de ajustes estruturais na corresidência. Paulo, Wajnman e Oliveira (2013), indicam que o recebimento do BPC aumenta a probabilidade de o idoso (chefe ou cônjuge) morar sozinho, sustentando a hipótese de que a renda promove autonomia residencial, com uma razão de chances maior que 1, e a proporção de idosos vivendo sozinhos cresce fortemente com a renda (de 1,3% para 9,2% entre homens e de 1,1% para 18,1% entre mulheres), sugerindo que a renda promove autonomia residencial e não agregação familiar.

Quadro 6. Efeitos observados por estudo, categoria, subcategoria e desfecho – Dinâmicas familiares e sociais

Dinâmicas familiares e sociais			
Estudo	**Subcategoria**	**Desfecho**	**Efeitos observados**
Bellés-Obrero, La Mattina, Ye, (2025)	Vulnerabilidade e relações de gênero	Insegurança nas relações de parceiros íntimos	Aumento da probabilidade de mulheres sofrer violência física ou sexual, violência econômica e violência psicológica por seus parceiros íntimos.
Chen, Osberg, Phipps, (2015)	Capital humano	Habilidades cognitivas	Melhor desempenho em matemática entre crianças que são filhos de pais com deficiência que recebem benefícios mais elevados.
Gutierrez, Rubli, Juarez, (2015)		Matrícula escolar	Impacto positivo na matrícula escolar de crianças (13 a 18 anos) corresidentes.
Hernani-Limarino, Mena, (2015b)			Diminuição na matrícula escolar de meninos assim como na frequência na escolar, oposto do efeito para as meninas (aumento da matrícula e da frequência na escola).
Martinez et al. (2019)			Aumento da matrícula e da frequência escolar entre meninas adolescentes (11 a 18 anos) que vivem com um beneficiário.
Oliveira, Kassouf e Aquino (2017)			Aumento na frequência escolar de crianças e adolescentes.
Guimbeau, Menon, 2024	Redes de suporte social e vínculos afetivos	Engajamento e participação social	Aumenta o engajamento social entre mulheres idosas pobres, particularmente ampliando sua participação em grupos sociais e atividades de cuidado pessoal.
Nguyen, Yamada, (2026)		Rede de apoio e transferências privadas	Redução na probabilidade de o idoso receber apoio de parentes ou presente em dinheiro em áreas urbanas
		Solidariedade intergeracional	Aumento na probabilidade de dar suporte e apoio a um neto.
Oliveira, Kassouf e Aquino, (2017)	Estrutura e composição domiciliar	Constituição do domicílio	Aumento no número de membros no domicílio de 30-49 anos.
Paulo, Wajnman e Oliveira, (2013)			Redução na chance de os idosos morarem com familiares e aumentou a possibilidade de idosos morarem sozinhos.

Fonte: elaboração própria.

3.2.4 Limitações dos estudos

A primeira e mais frequente limitação identificada nos estudos refere-se ao possível impacto de um curto período de acompanhamento após a implementação das políticas. A maioria das avaliações baseou-se também em dados coletados em horizontes temporais restritos, que variaram de meses a poucos anos após o início do benefício, o que pode dificultar a captura de efeitos que se consolidam no longo prazo (Archer, 2020; Bando; Galiani; Gertler, 2017; Chen; Wang; Busch, 2019; Nguyen; Yamada, 2025; Oliveira; Kassouf; Aquino, 2017; Pak, 2021; Paulo; Wajnman; Oliveira, 2013; Rodríguez et al., 2014).

As análises também enfrentam importantes restrições de validade externa, especialmente aquelas que utilizam desenhos de RDD. Nestes casos, por condições estabelecidas pelos desenhos das políticas, a construção dos grupos de comparação é limitada às coortes populacionais situadas imediatamente ao redor do ponto de corte etário de elegibilidade e, consequentemente, no tempo, restringindo a escala dos achados. Adicionalmente, a concentração geográfica e socioeconômica das amostras está frequentemente restrita a áreas rurais ou a populações em situação de extrema pobreza, o que limita a capacidade de transposição dos achados para outros contextos (Chen; Wang; Busch, 2019; Hernández-Grageda; Ceballos Mina, 2025; Martinez; Pérez; Yarygina, 2019; Menares et al., 2026; Rodríguez et al., 2014).

Outra limitação recorrente esteve relacionada à qualidade dos dados e a problemas de mensuração. A escassez de instrumentos objetivos de aferição é uma fragilidade importante, evidenciada, por exemplo, pela ausência de diários alimentares detalhados e de registros objetivos sobre padrões de consumo. Em substituição, os estudos recorrem majoritariamente a dados autorrelatados, como bem-estar subjetivo, segurança alimentar, consumo de álcool e violência por parceiro íntimo, instrumentos que estão mais sujeitos a vieses de memória, subnotificação e interpretação subjetiva (Aguila; López-Ortega; Gutiérrez Robledo, 2018; Alzúa et al., 2019; Ávila-Parra; Escamilla-Guerrero; Gálvez-Soriano, 2024; Bellés-Obrero; La Mattina; Ye, 2025; Chang et al., 2024; Chen; Tan, 2018; Guimbeau; Menon, 2024; Hernández-Grageda; Ceballos Mina, 2025; Liu; He; Gao, 2024; Nguyen; Yamada, 2025; Pak, 2020; Rosales; Mattos; Julião, 2023; Unnikrishnan; Imai, 2020).

Os desafios relacionados à identificação causal também se destacam como uma limitação substantiva. Estudos que empregam a abordagem de Diferenças-em-Diferenças enfrentam dificuldades recorrentes em comprovar empiricamente a suposição de tendências paralelas entre grupos de tratamento e controle, seja pela carência de dados suficientes no período pré-intervenção, seja por diferenças estruturais inerentes entre os grupos comparados. Além disso, a possibilidade de endogeneidade na variação regional das políticas, a autosseleção dos participantes e a dificuldade em controlar completamente variáveis não observadas constituem limitações à interpretação causal dos resultados, mesmo quando empregadas estratégias econométricas mais rigorosas (Agüero; Fasola, 2022; Almeida et al., 2024; Avila-Parra; Escamilla-Guerrero, 2017; Ávila-Parra; Escamilla-Guerrero; Gálvez-Soriano, 2024; Bellés-Obrero; La Mattina; Ye, 2025; Chang et al., 2024; Chen; Tan, 2018;

Hernani-Limarino; Mena, 2015a; Hernani-Limarino; Mena, 2015b; Kim; Lee; Kim, 2020; Kim et al., 2025; Lee, 2022; Unnikrishnan; Imai, 2020).

A perda amostral e as restrições operacionais também foram relatadas. A redução do poder estatístico decorrente do atrito amostral causado por abandono, migração ou óbito dos participantes ao longo do seguimento compromete a representatividade e a robustez das análises. Paralelamente, regras de confidencialidade impostas por órgãos governamentais e falhas operacionais na implementação dos programas, como atrasos nos pagamentos, introduzem ruídos adicionais que dificultam o isolamento do efeito genuíno das políticas avaliadas (Alzúa et al., 2019; Almeida et al., 2024; Chen; Tan, 2018; Kim et al., 2025; Liu; He; Gao, 2024; Menares et al., 2026; Nguyen; Yamada, 2025; Pak, 2021). Além disso, a predominância de dados transversais em detrimento de painéis longitudinais constitui uma outra limitação frequentemente citada. A ausência de acompanhamento longitudinal das mesmas famílias ao longo do tempo pode restringir a capacidade dos pesquisadores em examinar trajetórias individuais de mudança, de isolar efeitos causais com maior precisão e de compreender a dinâmica dos ajustes comportamentais desencadeados pelas políticas. Esta limitação é particularmente relevante para a análise de fenômenos que se desdobram ao longo de múltiplos anos (Ávila-Parra; Escamilla-Guerrero; Gálvez-Soriano, 2024; Guimbeau; Menon, 2024; Hernández-Grageda; Ceballos Mina, 2025; Rosales; Mattos; Julião, 2023; Rodríguez et al., 2014).

Por fim, o isolamento analítico do impacto específico das pensões ou transferências é frequentemente dificultado pela interferência de fatores concomitantes. Tendências macroeconômicas associadas aos ciclos de negócios, diferenças nos gastos correntes entre unidades subnacionais e a introdução paralela de novas políticas públicas e programas de saúde sobrepõem-se aos efeitos da intervenção de interesse, confundindo as estimativas e dificultando a atribuição causal exclusiva ao programa avaliado (Almeida et al., 2024; Chen; Osberg; Phipps, 2015; Kim et al., 2025; Lee, 2022; Pak, 2020). Esta complexidade contextual reforça a necessidade de desenhos de pesquisa que incorporem estratégias mais refinadas de controle desses fatores.

4. Considerações finais

O objetivo desta síntese foi identificar evidências que subsidiassem a compreensão dos efeitos de benefícios não contributivos sobre as dimensões econômicas, de saúde e das dinâmicas familiares e sociais de idosos e pessoas com deficiência. Foram incluídos 42 estudos empíricos e observacionais quantitativos, cujas análises continham uma inferência causal. Foram consideradas publicações brasileiras e internacionais que tivessem políticas de benefícios não contributivos similares ao BPC do Brasil.

A distribuição dos estudos evidenciou uma concentração de avaliações na América Latina, totalizando 19 estudos (excluindo o Brasil, n=3). Países de alta renda somaram oito estudos, enquanto 13 investigações foram conduzidas em países de média e baixa renda fora da América Latina. Esta maior concentração de estudos no Sul Global (n=35), sugere que a região constitui um forte espaço de implementação e avaliação de políticas de proteção social não contributiva, refletindo tanto a centralidade dessas políticas em contextos de elevada desigualdade, quanto a existência de condições institucionais e metodológicas favoráveis à produção de evidências de impacto.

Em relação aos efeitos dos benefícios, estudos que analisaram o impacto econômico (n=24) demonstram que as transferências monetárias por meio de benefícios contribuem para a melhoria das condições de vida, com destaque para a redução da insegurança alimentar e ampliação da autonomia financeira dos beneficiários. Em igual proporção, foram identificados estudos focados nos efeitos sobre a saúde o bem-estar subjetivo dos indivíduos (n=24). Nestes, os resultados apontam para uma maior utilização de serviços de saúde, redução da mortalidade por suicídio, redução de sintomas na depressão e hipertensão arterial, dentre outros efeitos positivos. Ainda sobre os efeitos, no âmbito das dinâmicas familiares e sociais, os resultados mostram que as pensões produziram resultados heterogêneos e até mesmo ambivalentes. Por um lado, nota-se um fortalecimento do capital humano e o engajamento social, especialmente entre crianças, adolescentes e mulheres idosas. Por outro lado, com a reconfiguração das relações intradomiciliares, incluindo mudanças na rede de suporte, na composição familiar e nas relações de poder, os estudos mostram que pode haver um aumento nos casos de violência contra as mulheres. Dessa forma, é necessário que as iniquidades de gênero sejam pensadas ao longo da implementação das políticas, de modo que a violência possa ser combatida em conjunto com as outras formas de vulnerabilidade social. Por fim, os artigos incluídos nesta síntese sugerem que as pensões não contributivas impactam a mitigação da pobreza, a redução de outras vulnerabilidades sociais, bem como levam a outros efeitos indiretos, como alterações na participação de idosos no mercado de trabalho, reorganização das estratégias familiares e impactos intergeracionais.

É primordial ainda destacar que a revisão identificou uma importante lacuna de pesquisa.

Apenas um estudo avaliou como população-alvo as pessoas com deficiência. Neste estudo, os autores analisaram o impacto de transferências de renda sobre o desenvolvimento de crianças em contextos de deficiência, indicando influência positiva do benefício no desenvolvimento infantil às condições econômicas. Fica claro, dessa forma, a necessidade de mais estudos com esse recorte populacional dado o caráter ainda incipiente dessas evidências.

Outro ponto importante é que para além das limitações metodológicas relatadas pelos autores dos estudos primários, as quais foram detalhados na seção anterior, a adequada interpretação dos achados exige algumas ponderações. O uso de atalhos metodológicos, como a não realização da seleção de estudos e da extração de dados em duplicidade, apesar de necessária no contexto de revisões rápidas, eleva o risco de vieses, inconsistências ou perda de dados ao longo da síntese. Da mesma forma, foram elegíveis apenas estudos em português, inglês ou espanhol, o que pode ter inviabilizado a identificação de um escopo importante de evidências produzidas em outros idiomas. Cabe ressaltar ainda que a alta complexidade das modelagens econométricas aplicadas nos artigos primários impôs desafios à equipe de revisoras; apesar de especialistas na temática terem sido consultados para resguardar o rigor analítico sempre que dúvidas surgiam, é possível que a interpretação de alguns achados possa ter sido feita com menor precisão.

Apesar dessas fragilidades, o rigor na estruturação de uma estratégia de busca abrangente, que transcendeu as bases científicas tradicionais para incorporar cuidadosamente a literatura cinzenta é um dos pontos fortes da síntese que precisa ser destacado. Esse esforço provou-se indispensável para capturar relatórios técnicos e intervenções que, muitas vezes, não circulam nos periódicos acadêmicos convencionais. Ademais, a revisão considerou um amplo espectro de desfechos e de contextos socio-geográficos. Esse amplo mapeamento permitiu não apenas sistematizar os processos de avaliação vigentes, mas também extrair insights valiosos acerca das diversas abordagens globais no provimento de assistência a populações vulnerabilizadas.

Dessa forma, o presente estudo cumpre seu papel ao consolidar o conhecimento disponível e, simultaneamente, evidenciar lacunas que justificam o desenvolvimento de pesquisas primárias mais robustas e de futuras revisões, subsidiando da melhor forma o aprimoramento contínuo de políticas sociais informadas por evidências.

Referências Bibliográficas

AGÜERO, J. M.; FASOLA, E. *Distributional policies and social cohesion in a high-unemployment setting*. Washington, DC: World Bank, 2022. (Policy Research Working Paper, n. 10103). Disponível em: <http://hdl.handle.net/10986/37597>. Acesso em: 30 mar. 2026. Citado 3 vezes nas páginas 19, 33 e 34.

AGUILA, E.; KAPTEYN, A.; PEREZ-ARCE, F. Consumption smoothing and frequency of benefit payments of cash transfer programs. *American Economic Review*, v. 107, n. 5, p. 430–435, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1257/aer.p20171147>. Citado 2 vezes nas páginas 19 e 23.

AGUILA, E.; LÓPEZ-ORTEGA, M.; GUTIÉRREZ ROBLEDO, L. M. Non-contributory pension programs and frailty of older adults: evidence from Mexico. *PLOS ONE*, v. 13, n. 11, p. e0206792, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0206792>. Citado 2 vezes nas páginas 20 e 33.

ALMEIDA, S. et al. *Can Social Pensions for the Elderly Mitigate Shocks? Lessons from Mozambique*. Helsinki, 2024. (WIDER Working Paper, 2024/90). Citado 3 vezes nas páginas 19, 33 e 34.

ALONSO, J.; AMUEDO-DORANTES, C.; JUÁREZ, L. *The effect of non-contributory pensions on saving in Mexico*. Washington, DC: Inter-American Development Bank, 2016. DOI: <https://doi.org/10.18235/0011764>. Citado 2 vezes nas páginas 24 e 25.

ALZÚA, M. L. et al. *Welfare effects of a non-contributory old age pension: experimental evidence for Ekiti State, Nigeria*. [S.l.]: PEP-PIERI, 2019. (PIERI Working Paper, n. 2019-15). Citado 7 vezes nas páginas 19, 20, 23, 24, 25, 33 e 34.

ARANSIOLA, T. J. et al. Current and projected mortality and hospitalization rates associated with conditional cash transfer, social pension, and primary health care programs in Brazil, 2000-2030. *JAMA Network Open*, v. 7, n. 4, p. e247519, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1001/jamanetworkopen.2024.7519>. Acesso em: 8 fev. 2026. Citado na página 6.

ARCHER, N. An assessment of Renta Dignidad's adequacy to prevent poverty in Bolivia. *University of Florida Journal of Undergraduate Research*, [S.l.], v. 21, n. 2, 2020. DOI: <https://doi.org/10.32473/ufjur.v21i2.108481>. Citado 4 vezes nas páginas 23, 24, 26 e 33.

AVILA-PARRA, C.; ESCAMILLA-GUERRERO, D. *What are the effects of expanding a social pension program on extreme poverty and labor supply? Evidence from Mexico's pension program for the elderly*. Washington, DC: World Bank, 2017. (Policy Research Working Paper, n. 8229). Disponível em: <http://hdl.handle.net/10986/28614>. Acesso em: 30 mar. 2026. Citado 5 vezes nas páginas 19, 24, 25, 33 e 34.

ÁVILA-PARRA, C.; ESCAMILLA-GUERRERO, D.; GÁLVEZ-SORIANO, O. Minimum eligibility age for social pensions and household poverty: evidence from Mexico. *Economic Inquiry*, [S.l.], v. 62, n. 1, p. 175–196, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1111/ecin.13170>. Citado 4 vezes nas páginas 25, 26, 33 e 34.

BANDO, R.; GALIANI, S.; GERTLER, P. *The effects of non-contributory pensions on material and subjective well-being*. Washington, DC: Inter-American Development Bank, 2017. DOI: <https://doi.org/10.18235/0000850>. Citado 4 vezes nas páginas 19, 20, 23 e 33.

BELLÉS-OBRERO, C.; LA MATTINA, G.; YE, H. *Social pensions and intimate partner violence against older women*. Washington, DC: Inter-American Development Bank, 2025. DOI: <https://doi.org/10.18235/0013209>. Citado 4 vezes nas páginas 25, 30, 33 e 34.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 21 mar. 2026. Citado na página 6.

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. 1990. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm>. Acesso em: 21 mar. 2026. Citado na página 6.

BRASIL. Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio e dá outras providências. 1991a. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8212cons.htm>. Acesso em: 21 mar. 2026. Citado na página 6.

BRASIL. Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. 1991b. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm>. Acesso em: 21 mar. 2026. Citado na página 6.

BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. 1993. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742compilado.htm>. Acesso em: 21 mar. 2026. Citado 2 vezes nas páginas 6 e 7.

BRASIL. *Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004)*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2004. Citado na página 6.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Política Nacional de Assistência Social: PNAS/2004*. Brasília: MDS, 2005. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/normativas/pnas2004.pdf>. Acesso em: 1 mar. 2026.

BRASIL. Decreto nº 6.214, de 26 de setembro de 2007. Regulamenta o benefício de prestação continuada da assistência social devido à pessoa com deficiência e ao idoso de que trata a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, acresce parágrafo ao art. 162 do Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, e dá outras providências. 2007. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6214.htm>. Acesso em: 21 mar. 2026. Citado na página 6.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Instituto Nacional do Seguro Social. Portaria Conjunta nº 2, de 30 de março de 2015. Dispõe sobre critérios, procedimentos e instrumentos para a avaliação social e médica da pessoa com deficiência para acesso ao Benefício de Prestação Continuada. 2015. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/assistencia_social/portarias/2015/portaria_conjunta_INSS_2_2015_BPC.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2026. Citado na página 7.

CHANG, H. et al. The impact of the older person's grant expansion on hypertension among older men in rural South Africa: findings from the HAALSI cohort. *Innovation in Aging*, v. 8, n. 4, p. igae010, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1093/geroni/igae010>. Citado 2 vezes nas páginas 33 e 34.

CHEN, K.; OSBERG, L.; PHIPPS, S. Intergenerational effects of disability benefits: evidence from Canadian social assistance programs. *Journal of Population Economics*, v. 28, n. 4, p. 873–910, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1007/s00148-015-0557-9>. Citado 2 vezes nas páginas 30 e 34.

CHEN, S. et al. How and to what extent can pensions facilitate increased use of health services by older people: evidence from social pension expansion in rural China. *BMC Health Services Research*, v. 20, n. 1, p. 1008, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1186/s12913-020-05831-0>. Citado na página 19.

CHEN, X.; WANG, T.; BUSCH, S. H. Does money relieve depression? Evidence from social pension expansions in China. *Social Science & Medicine*, v. 220, p. 411–420, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2018.12.004>. Citado 2 vezes nas páginas 20 e 33.

CHEN, Y.; TAN, Y. J. The effect of non-contributory pensions on labour supply and private income transfers: evidence from Singapore. *IZA Journal of Labor Policy*, v. 7, p. 6, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1186/s40173-018-0099-3>. Citado 3 vezes nas páginas 25, 33 e 34.

DE SCHUTTER, O. *Weathering the storm: poverty, climate change and social protection*. Geneva: UNITED NATIONS, 2025. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/4087140?v=pdf#files>. Acesso em: 23 mar. 2026. Citado na página 7.

GARROWAY, C. *How much do small old age pensions and widows' pensions help the poor in India? An ex-post evaluation of the National Social Assistance Programme and implications for its planned reform*. Bangkok: United Nations Economic and Social Commission for Asia and the Pacific (ESCAP), 2013. (Development Papers, n. 1306). Disponível em: <https://repository.unescap.org/bitstream/handle/20.500.12870/584/ESCAP-2013-WP-How-much-do-small-old-age-pensions-and-widow%27s-pensions-help-poor-in-India.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2026. Citado na página 24.

GUIMBEAU, A.; MENON, N. *Pensions and depression: gender-disaggregated evidence from the elderly poor in India*. Bonn: IZA Institute of Labor Economics, 2024. (IZA Discussion Paper, n. 17530). Citado 6 vezes nas páginas 19, 20, 25, 31, 33 e 34.

GUTIERREZ, E.; JUÁREZ, L.; RUBLI, A. The effect of a transfer program for the elderly in Mexico City on co-residing children's school enrollment. *World Bank Economic Review*, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10986/31479>. Acesso em: 30 mar. 2026. Citado 3 vezes nas páginas 24, 25 e 30.

HAGRASS, H. et al. *Rights of persons with disabilities: report of the Special Rapporteur on the Rights of Persons with Disabilities, Heba Hagrass*. 2024. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/4038665?v=pdf>. Acesso em: 24 mar. 2026. Citado na página 7.

HERNÁNDEZ-GRAGEDA, N.; CEBALLOS MINA, O. E. Food insecurity and Mexico's non-contributory pension: evidence from older adults living alone and without social support. *Sobre México. Revista de Economía*, v. 1, n. 12, p. 5–35, 2025. Citado 4 vezes nas páginas 23, 24, 33 e 34.

HERNANI-LIMARINO, W. L.; MENA, G. *Efectos intencionados y no intencionados de transferencias monetarias no condicionadas a los adultos mayores: el caso de la Renta Dignidad*. [S.l.]: Fundación ARU, 2015a. Working paper. Disponível em: <https://lajed.ucb.edu.bo/a/article/view/e108/386>. Citado 6 vezes nas páginas 23, 24, 25, 31, 33 e 34.

HERNANI-LIMARINO, W. L.; MENA, G. *Intended and unintended effects of unconditional cash transfers: the case of Bolivia's Renta Dignidad*. Washington, DC: Inter-American Development Bank, 2015b. (IDB Working Paper Series, n. IDB-WP-631). DOI: <https://doi.org/10.18235/0011709>. Citado 5 vezes nas páginas 23, 24, 25, 33 e 34.

JUÁREZ, L.; RODRÍGUEZ PIÑA, Y. N. El efecto de las pensiones no contributivas sobre el bienestar subjetivo de los adultos mayores en México. *Estudios Económicos (México)*, v. 36, n. 2, p. 279–327, 2021. DOI: <https://doi.org/10.24201/ee.v36i2.421>. Citado na página 19.

KIM, C. et al. Impact of the expanded old age income security programme on suicide mortality among older adults in South Korea: a quasi-experimental study. *Journal of Epidemiology and Community Health*, v. 79, n. 10, p. 765–771, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1136/jech-2024-222561>. Citado 3 vezes nas páginas 20, 33 e 34.

KIM, J.; LEE, T. J.; KIM, C. S. The association between the basic old-age pension and depression of the older adults in Korea. *Journal of Preventive Medicine and Public Health*, v. 53, n. 5, p. 332–341, 2020. DOI: <https://doi.org/10.3961/jpmph.20.024>. Citado 3 vezes nas páginas 20, 33 e 34.

KOLLAMPARAMBIL, U.; ETINZOCK, M. N. Subjective well-being impact of old age pension in South Africa: a difference-in-difference analysis across the gender divide. *South African Journal of Economic and Management Sciences*, v. 22, n. 1, p. a2996, 2019. DOI: <https://doi.org/10.4102/sajems.v22i1.2996>. Citado na página 19.

LEE, K. Old-age poverty in a pension latecomer: the impact of basic pension expansions in South Korea. *Social Policy & Administration*, v. 56, n. 7, p. 1022–1040, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1111/spol.12829>. Citado 2 vezes nas páginas 33 e 34.

LIU, S.; HE, H.; GAO, H. The effect of social pension on health-related quality of life of the rural older people: a panel study from China. *BMC Geriatrics*, v. 24, p. 291, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1186/s12877-024-04880-y>. Citado 3 vezes nas páginas 20, 33 e 34.

MARTINEZ, S.; PéREZ, M.; YARYGINA, A. Pensions for the poor: the effects of non-contributory pensions in el salvador. *Journal of Economics, Race, and Policy*, v. 3, n. 1, p. 96–115, 2019. Citado 5 vezes nas páginas 19, 23, 24, 26 e 33.

MENARES, F. et al. Effects of non-contributory pensions on older adult mortality in rural mexico. *Journal of Human Resources*, 2026. Citado 3 vezes nas páginas 20, 33 e 34.

MIGLINO, E. et al. *Money can buy me life: the effect of a basic pension on mortality: a regression discontinuity design*. Caracas: CAF – Development Bank of Latin America, 2018. (Research Department Working Paper, n. 1245). Citado na página 20.

NGUYEN, A. T.; YAMADA, H. *Cash transfers and socioeconomic behavior among older adults: evidence from a regression discontinuity design*. Tokyo: Institute for Economics Studies, Keio University, 2025. (Keio-IES Discussion Paper Series, DP2025-027). Citado 4 vezes nas páginas 24, 31, 33 e 34.

Office of the High Commissioner for Human Rights. ***OHCHR Report 2025.*** *Progress achieved in 2025 against the targets set out in the OHCHR Management Plan 2024–2027, including management, funding, expenditure and results from field and headquarters operations*. Geneva: OHCHR, 2025. Citado na página 7.

OLIVEIRA, P. R. de. *Impact evaluation of the Brazilian non-contributory pension program BPC (Benefício de Prestação Continuada) on family welfare*. 106 p. Tese (Tese (Doutorado em Economia Aplicada)) — Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2011. Citado na página 6.

OLIVEIRA, P. R. de; KASSOUF, A. L.; AQUINO, J. M. de. Cash transfers to the elderly and its spillover effects. *Journal of Economic Studies*, v. 44, n. 2, p. 183–205, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1108/JES-04-2015-0059>. Citado 4 vezes nas páginas 25, 30, 31 e 33.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. *Pensions at a Glance 2025: OECD and G20 indicators*. Paris: OECD Publishing, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1787/e40274c1-en>. Acesso em: 29 mar. 2026. Citado na página 6.

OUZZANI, M. et al. Rayyan: a web and mobile app for systematic reviews. *Systematic Reviews*, [s. l.], v. 5, n. 210, p. 1–10, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1186/s13643-016-0384-4>. Acesso em: 5 mar. 2026. Citado na página 9.

PAIVA, L. H. et al. *A reformulação das transferências de renda no Brasil: simulações e desafios*. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2021. (Texto para Discussão, n. 2701). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios>. Acesso em: 10 mar. 2026. Citado na página 6.

PAK, T.-Y. Social protection for happiness? The impact of social pension reform on subjective well-being of the Korean elderly. *Journal of Policy Modeling*, v. 42, n. 2, p. 349–366, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jpolmod.2019.12.001>. Citado 4 vezes nas páginas 19, 20, 33 e 34.

PAK, T.-Y. What are the effects of expanding social pension on health? Evidence from the Basic Pension in South Korea. *The Journal of the Economics of Ageing*, v. 18, p. 100287, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jeoa.2020.100287>. Citado 2 vezes nas páginas 33 e 34.

PAULO, M. A.; WAJNMAN, S.; OLIVEIRA, A. M. H. C. de. A relação entre renda e composição domiciliar dos idosos no Brasil: um estudo sobre o impacto do recebimento do Benefício de Prestação Continuada. *Revista Brasileira de Estudos de População*, [S.l.], v. 30, n. supl., 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-30982013000400003>. Citado 2 vezes nas páginas 31 e 33.

RODRíGUEZ, A. S. et al. *Impact Evaluation of the Non-Contributory Social Pension Programme 70 y más in Mexico*. New Delhi, 2014. (3ie Impact Evaluation Report, 5). Citado 5 vezes nas páginas 19, 20, 23, 33 e 34.

ROSALES, M.; MATTOS, L. B. de; JULIÃO, C. C. B. Effects of the Continuous Benefit Programme on the nutritional status and food security of older persons in Brazil. *CEPAL Review*, n. 140, 2023. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/002c2b0c-1a6f-4aa9-98e9-7292daed7d67/content>. Acesso em: 8 fev. 2026. Citado 3 vezes nas páginas 23, 33 e 34.

SOUZA, L. P. de; TEIXEIRA, E. C.; TUPY, I. S. Influência do benefício de prestação continuada sobre a taxa de pobreza dos idosos nos municípios mineiros no período 2014-2017. *DRd – Desenvolvimento Regional em Debate*, v. 11, p. 89–113, 2021. Disponível em: <https://www.periodicos.unc.br/index.php/drd/article/view/3513>. Acesso em: 9 fev. 2026. Citado na página 6.

TORM, N.; OEHME, M. Social protection and formalization in low- and middle-income countries: a scoping review of the literature. *World Development*, [S.l.], v. 181, p. 106662, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2024.106662>. Citado na página 7.

TRICCO, A. C.; LANGLOIS, E. V.; STRAUS, S. E. *Rapid reviews to strengthen health policy and systems: a practical guide*. Geneva: WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2017. Disponível em: <https://wkc.who.int/resources/publications/i/item/2017-08-10-rapid-reviews-to-strengthen-health-policy-and-systems-a-practical-guide>. Acesso em: 29 jan. 2026. Citado na página 8.

UNITED NATIONS. General Assembly. *Intersection between older persons' right to social protection and their right to work: report of the Independent Expert on the enjoyment of all human rights by older persons*. 2025a. Distr.: General, 17 July 2025. Geneva: UN, 2025. (A/HRC/54/XX). Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/calls-for-input/2025/call-input-report-right-social-protection-and-right-work-older-persons>. Acesso em: 21 mar. 2026.

UNITED NATIONS. General Assembly. Human Rights Council. *Weathering the storm: poverty, climate change and social protection*. 2025b. Fifty-ninth session, 16 June–11 July 2025. Agenda item 3. Distr.: General, 24 Apr. 2025. Geneva: UN, 2025. Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/documents/thematic-reports/ahrc5951-weathering-storm-poverty-climate-change-and-social-protection>. Acesso em: 29 fev. 2026.

UNNIKRISHNAN, V.; IMAI, K. S. Does the old-age pension scheme improve household welfare? Evidence from India. *World Development*, [S.l.], v. 134, p. 105017, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2020.105017>. Citado 3 vezes nas páginas 23, 33 e 34.

VALDERRAMA, J. A.; OLIVERA, J. *The effects of social pensions on mortality among the extreme poor elderly*. Lima: Departamento de Economía, Pontificia Universidad Católica del Perú, 2023. (Documentos de Trabajo / Working Papers, n. 2023-525). Citado na página 20.

VERBRUGGE, B.; AJUAYE, A.; VAN ONGEVALLE, J. *Contributory social protection for the informal economy? Insights from Community-Based Health Insurance (CBHI) in Senegal and Tanzania*. Namur: University of Namur, 2018. (BeFinD Working Papers, 0126). Disponível em: <https://ideas.repec.org/p/nam/befdwp/0126.html>. Acesso em: 29 mar. 2026. Citado na página 7.

VON FINTEL, D.; PIENAAR, L. *Small-scale farming and food security: the enabling role of cash transfers in South Africa's former homelands*. Bonn: IZA Institute of Labor Economics, 2016. (IZA Discussion Paper, n. 10377).

WORLD HEALTH ORGANIZATION; PAN AMERICAN HEALTH ORGANIZATION. *Global report on health equity for persons with disabilities*. Washington, D.C.: PAHO/WHO, 2022. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/documentos/global-report-health-equity-persons-disabilities>. Acesso em: 21 mar. 2026. Citado na página 6.

Apêndice 1

Apêndice 1. Base de dados, estratégia de busca e achados recuperados

Base de Dados	Data	Estratégia de busca	Resultado
Pubmed	14/01/2026	((beneficio OR pensão OR pension OR benefit) AND (“non-contributory” OR “não-contributiv” OR “no contributiv”) AND (disabilit* OR elderly OR “old-age”)) AND ((causal inference) OR (“inferência causal”) OR (“causal effect”) OR (“efeito causal”) OR (“causal impact”) OR (“impacto causal”) OR (“causal model”) OR (“modelo causal”) OR (“propensity score”) OR (“escore de propensão”) OR (“instrumental variable*”) OR (“variável instrumental”) OR (“difference-in-differences”) OR (“diferença-em-diferenças”) OR (“regression discontinuity”) OR (“descontinuidade de regressão”) OR (“matching method*”) OR (“método de pareamento”) OR (“counterfactual analysis”) OR (“análise contrafactual”) OR (“causal mediation”) OR (“mediação causal”) OR (“structural equation model*”) OR (“modelo de equações estruturais”))	**02**
Pubmed	14/01/2026	((Non-contributory (pension OR benefit*)) OR (Pension* OR beneficio* (no contributiv*)) OR (beneficio de prestação continuada)) AND (impact or effect)	**20**
Google Scholar	14/01/2026	((beneficio OR pensão OR pension OR benefit) AND (“non-contributory” OR “não-contributiv” OR “no contributiv”) AND (disabilit* OR elderly OR “old-age”)) AND ((causal inference) OR (“inferência causal”) OR (“causal effect”) OR (“efeito causal”) OR (“causal impact”) OR (“impacto causal”) OR (“causal model”) OR (“modelo causal”) OR (“propensity score”) OR (“escore de propensão”) OR (“instrumental variable*”) OR (“variável instrumental”) OR (“difference-in-differences”) OR (“diferença-em-diferenças”) OR (“regression discontinuity”) OR (“descontinuidade de regressão”) OR (“matching method*”) OR (“método de pareamento”) OR (“counterfactual analysis”) OR (“análise contrafactual”) OR (“causal mediation”) OR (“mediação causal”) OR (“structural equation model*”) OR (“modelo de equações estruturais”))	**299 primeiros registros**

(continua)

Base de Dados	Data	Estratégia de busca	Resultado
Web of Science	14/01/2026	((Non-contributory (pension OR benefit*)) OR (Pension* OR beneficio* (no contributiv*)) OR (beneficio de prestação continuado)) AND (impact OR effect* OR model*) AND ((disability) OR (old-age) OR (elderly))	**231**
EMBASE	16/01/2026	#2 #1 AND (**2012**:py OR **2013**:py OR **2014**:py OR **2015**:py OR **2017**:py.OR **2018**:py OR **2019**:py OR **2020**:py OR **2021**:py OR **2022**:py OR **2024**:py OR **2025**:py) 30 #1 (**'non contributory'** AND (**'pension'**/exp OR **pension** OR **benefit***) OR ((**pension*** OR **beneficio***) AND (**'no'**/exp OR **no**) AND **contributiv***) OR **'beneficio de prestação continuada'** OR (**beneficio** AND **de** AND **prestação** AND **continuada**)) AND (**'impact'**/exp OR **impact** OR **effect**) 32	**30**
EMBASE	16/01/2026	#6. (**'impact'**/exp OR **impact** OR **effect** OR **'model'**/exp OR **model**) AND (**'non-contributory pension'** OR (**'non contributory'** AND **benefit**)) AND [2005-2026]/py 26 #5. (impact OR effect OR model) AND 27 ('non-contributory pension' OR ('non contributory' AND benefit)) #4. 'non-contributory pension' OR ('non contributory' 70 AND benefit) #3. impact OR effect OR model 14,408,476 #2. 'non contributory' AND benefit 58 #1. 'non-contributory pension' 13	**26**
Lens	14/01/2026	(((Non-contributory pension*) OR (Non-contributory benefit*) OR (beneficio* "no contributiv*") OR ("beneficio de prestação continuada") OR (pension* "no contributiv*")) AND ((disability) OR (old-age) OR (elderly)) AND ((causal inference) OR ("inferência causal") OR ("causal effect") OR ("efeito causal") OR ("causal impact") OR ("impacto causal") OR ("causal model") OR ("modelo causal") OR ("propensity score") OR ("escore de propensão") OR ("instrumental variable*") OR ("variável instrumental") OR ("difference-in-differences") OR ("diferença-em-diferenças") OR ("regression discontinuity") OR ("descontinuidade de regressão") OR ("matching method*") OR ("método de pareamento") OR ("counterfactual analysis") OR ("análise contrafactual") OR ("causal mediation") OR ("mediação causal") OR ("structural equation model*") OR ("modelo de equações estruturais"))) **Filtros a partir de 2005**	**1850**
BVS	16/01/2026	(("Non-contributory pension") OR ("non-contributory benefit*") OR ("pension no contributiva") OR ("beneficio no contributivo") OR ("beneficio de prestação continuada")) AND ((impact) OR (effect)) AND (year_cluster:[2005 TO 2026]) AND instance:"regional	**14**

(continua)

Base de Dados	Data	Estratégia de busca	Resultado
Econpapers	16/01/2026	((Non-contributory (pension OR benefit*)) OR (Pension* OR beneficio* (no contributiv*)) OR (beneficio de prestação continuada)) AND ((causal inference) OR (“inferência causal”) OR (“causal effect”) OR (“efeito causal”) OR (“causal impact”) OR (“impacto causal”) OR (“causal model”) OR (“modelo causal”) OR (“propensity score”) OR (“escore de propensão”) OR (“instrumental variable*”) OR (“variável instrumental”) OR (“difference-in-differences”) OR (“diferença-em-diferenças”) OR (“regression discontinuity”) OR (“descontinuidade de regressão”) OR (“matching method*”) OR (“método de pareamento”) OR (“counterfactual analysis”) OR (“análise contrafactual”) OR (“causal mediation”) OR (“mediação causal”) OR (“structural equation model*”) OR (“modelo de equações estruturais”)) AND ((disability) OR (old-age) OR (elderly)) Filter: Working papers	**517**
Scopus via CAPES	14/01/2026	TITLE-ABS-KEY (((“Non-contributory pension”) OR (“non-contributory benefit*”) OR (“pension no contributiva”) OR (“beneficio no contributivo”) OR (“beneficio de prestação continuada”)) AND ((impact) OR (effect)))	**67**
CAPES	07/01/2026	(((“non-contributory” (pension* OR benefit*)) OR (pensión OR beneficio (“no contributiv*”)) OR (“benefício de prestação continuada”))	**676**
Bank and Organisation for Economic Co-operation	17/12/2025	non contributory pensions OR pension no contributiva OR beneficio no contributivo OR benefício de prestação continuada AND elderly people AND older people AND old age OR disable person	**66**
Global Health (Research)	16/01/2026	non contributory pensions OR pension no contributiva OR beneficio no contributivo OR benefício de prestação continuada AND elderly people AND older people AND old age OR disable person	**0**
Global Index Medicus	16/01/2026	(non contributory pensions) OR (non contributory benefit) OR (pensión no contributiva) OR (pension no contributiva) OR (beneficio no contributivo) OR (benefício de prestação continuada) AND (elderly people) OR (older people) OR (older people) OR (disabled persons) OR (disability) AND (year_cluster:[2005 TO 2026])	**23**

Fonte**:** Elaboração própria.

Apêndice 2

Apêndice 2. Estudos excluídos após leitura do texto completo, com justificativa

Estudo
Delineamento metodológico inadequado
Andrés, C. P.; Rubio, R. V. Efectos de aumentar las pensiones no contributivas de jubilación y las pensiones con complemento a mínimo de jubilación y viudedad a las personas mayores en España. **Revista de Economía Pública,** v. 196, n.1/2011, p.79-106, 2011.
Aransiola, T. J.; Cavalcanti, D.; Ordoñez, J. A.; Hessel, P.; Moncayo, A. L.; Chivardi, C.; Sironi, A.; Tasca, R.; Campello, T.; Paes-Sousa, R.; Azevedo e Silva, G.; Rubio, F. A.; de Souza, L. E.; Macinko, J.; Rasella, D. Current and Projected Mortality and Hospitalization Rates Associated With Conditional Cash Transfer, Social Pension, and Primary Health Care Programs in Brazil, 2000-2030. **JAMA Netw Open**. V.7, n. 4, p.:247519 2024.
De la Cruz-Góngora V.; Manrique-Espinoza B.; Villalpando S.; Téllez-Rojo Solís M. M.; Salinas-Rodriguez A. Short-Term Impact of Anemia on Mortality: Evidence From a Sample of Mexican Older Adults. **J Aging Health,** v. 26, n. 5, p.750-765, 2014,
Garcia I. L.; Otero, A. The Effects of Means-tested, Noncontributory Pensions on Poverty and Well-being: Evidence from the Chilean Pension Reforms. Working Paper WP-2017-358. Institute for Social Research. Survey Research Center. Michigan Retirement Research Center. University of Michigan. 2017.
González-Rozada, M.; Ruffo, H. **Non-Contributory Pensions and Savings: Evidence from Argentina** (April 2016). IDB Working Paper No. IDB-WP-629, 2016.
Grogan, L.; Summerfield, F. Government Transfers, Work, and Wellbeing: Evidence from the Russian Old-Age Pension, **Journal of Population Economics**, Springer; European Society for Population Economics, v. 32, n.4, p. 1247-1292, 2019.
Juarez, L.; Rodríguez Piña, Y. N. El efecto de las pensiones no contributivas sobre el bienestar subjetivo de los adultos mayores en México [The Effect of Non-Contributory Pensions on the Subjective Wellbeing of Older Adults in Mexico]. Estud Econ (Mex), v. 36, n. 2, p. 279-327, 2021.
Levine, S.; Van der Berg, S.; Yu, D. The impact of cash transfers on household welfare in Namibia. **Development Southern Africa**, v. 28, n. 1, p. 39–59, 2011.
Martínez-Martínez, O. A.; Ramírez-López, A.; Velázquez, Leyer.; R. Food Well-Being in Older Adults: Effects of a Universal Non-contributory Pension in Mexico. **Soc Indic Res,** v.160, p. 523–539, 2022.

(continua)

Estudo
Ordo Díaz, A.; Vargas, S. C.; Sadith, K.; Liamocca, J. M. A. Relações entra a aposentadoria aos 65 anos e a pobreza em idosos. Peru 2012-2018**. Quipukamayoc**, v. 28, n.58, p. 9-15, 2020.
Rodríguez Gómez, K. A universalização da pensão não contributiva para idosos no México durante o mandato presidencial de 2018-2024: uma análise preliminar de seus efeitos sobre a pobreza. **Forum. Revista do Departamento de Ciência Política** , *[S. l.]* , nº 25, pp. 47–71, 2024.
Schatz E.; Gómez-Olivé, X.; Ralston M.; Menken J.; Tollman S. **The impact of pensions on health and wellbeing in rural South Africa: Does gender matter?**
Souza, L. P.; Teixeira, E. C.; Tupy, I. S. Influência do benefício de prestação continuada sobre a taxa de pobreza dos idosos nos municípios mineiros no período 2014-2017. **DRd - Desenvolvimento Regional em debate**, *[S. l.]*, v. 11, p. 89–113, 2021.
Wang, F.; Zheng, H. Do Public Pensions Improve Mental Wellbeing? Evidence from the New Rural Society Pension Insurance Program. **International Journal of Environmental Research and Public Health,** v. 18, n. 5, p. 2391, 2021.
Wang, Y.; Yan, Z. The Health Returns to Unconditional Cash Transfers: Evidence from China's Old Age Allowance. SSRN Electronic Journal. November 30, 2024.
Período de análise não elegível
Boldrin, M.; Jiménez-Martín, S. Assessing the wellbeing of the Spanish elderly. Economics Working Papers 939, Department of Economics and Business, Universitat Pompeu Fabra. 2006.
Autorização não obtida para uso dos dados
Borrella-Mas, M. A.; Bosch M.; Sartarelli M. **Heterogeneous effect of an non-contributory pension. Evidence from Bolivia.** Documentos de trabalho do ICAE, n. 2019-35. Madrid: Universidad Complutense de Madrir, Faculdad de Ciencias Económicas y Empresariales, Instituto Complutense de Análisis Económico. 2019.
Raj, H.; Kumar, H.; Nataraj, M. 2022. **Welfare policy and labour market outcomes among persons with disabilities (PwDs) in India: Evidence from the NSS 76th Round,** MPRA Paper 112347, University Library of Munich, Germany.
População não elegível
Levere, M. The Labor Market Consequences of Receiving Disability Benefits during Childhood. **Journal of Human Resources**, *v.* 56, n. 3, p. 850-877, 2021.
Salinas-Rodríguez, A.; Manrique-Espinoza, B. S. Effect of the conditional cash transfer program oportunidades on vaccination coverage in older Mexican people. **BMC Int Health Hum Rights,** v.13, n.30, 2013.
Tipo de publicação não elegível
Borrella-Mas, M. A.; Bosch M.; Sartarelli M. **Non-contributory pensions number-gender effects on poverty and household decisions**. Working Papers, n. 2016-02. Madrid: Instituto Valenciano de Investigaciones Económicas, S. A. (Ivie).

(continua)

Estudo
Elizondro, H.; Flores, S.; Quinto, A. **The impact of non-contributory pensions: a case study for Costa Rica.** 2018. Dissertação (Mestrado) - Barcelona Graduate School of Economics, Barcelona, 2018.
Kuss, M. K.; Llewellin, P.; Gassmann, F. "**The economic impacts of a social pension on recipient households with unequal access to markets in Uganda**," MERIT Working Papers 2018-071, United Nations University - Maastricht Economic and Social Research Institute on Innovation and Technology (MERIT). 2018.
Oliveira, P. R. **Avaliação do impacto do programa de pensão não-contributiva Benefício de Prestação Continuada no bem-estar da família.** Tese (Doutorado) - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
Siddhart. **Prevention is better than cure: Old-age pension and healthcare utilization in India.** Dissertação (Mestrado). Erasmus University Rotterdam. Erasmus Scholl of Economics. 2024.
Torres, J. A. V. **Public and social pensions: investigating redistribution and mortality outcomes.** Tese (Doutorado). Escuela de Posgrado. Pontificia Universidad Católica Del Peru, Lima 2025.
Texto completo indisponível e/ou inacessível
Aguila,E.; Kapteyn, A.; Robles, R.; Weidmer, B. A. Experimental Analysis of the Health and Well-Being Effects of a Non-Contributory Social Security Program. SSRN Electronic Journal. 2011.
Ahn, S.; Kang, J. Y.; Chun, Y.; Park, S. The Effect of Social Pension on Material Hardship among Older Adults in Korea: Regression Discontinuity Estimation. ***Social Policy and Society*.** 23(4):836-854, 2024.
Bojorquez-Chapela, I.; Manrique-Espinoza, B. S.; Mejía-Arango, S.; Solís, M. M. T. R.; Salinas-Rodríguez, A. **Effect of social capital and personal autonomy on the incidence of depressive symptoms in the elderly: Evidence from a longitudinal study in Mexico.** Aging & Mental Health, v. 16, n. 4, p. 462–471, 2012.
Ferreira, M. The differential impact of social-pension income on household poverty alleviation in three South African ethnic groups. **Ageing and Society,** v. 26, n. 3, p. 337-354, 2006.
Gordon, D.; Miller, D. L.; Davis, C. E. **The South African pension program and the health of the elderly and their families: Regression Discontinuity Evidence from October Household Surveys.** Economics. 2012.
Kim, S.; Aguila, E. Income Supplements and Subjective Life Expectancy for Low-Income Older Adults. In: ANGEL, J. L.; DRUMOND ANDRADE, F. C.; RIOSMENA, F.; MEJIA-ARANGO, S. (ed.). Older Mexicans and Latinos in the United States. Cham: Springer, 2023.
Ko, C.; Lee, H. "**Welfare Expenditure Growth and its Impact on Elderly Suicide Rates**," Inha University IBER Working Paper Series 2025-2, Inha University, Institute of Business and Economic Research. 2025.
Ko, P. C.; Möhring, K. Chipping In or Crowding-Out? The Impact of Pension Receipt on Older Adults' Intergenerational Support and Subjective Well-Being in Rural China. **J Cross Cult Gerontol,** v. 36, n. 2, p.139-154, 2021.

(continua)

Estudo
López-Ortega, M.; Aguila, E. Non-Contributory Pensions, Functional Limitations, and Unpaid Family Care for Older Adults in Mexico. **Journal of Aging and Health**, v. *34, n.* 9-10, p. 1213-1227, 2022.
Salinas-Rodriguez, A.; Moreno-Tamayo, K.; Manrique-Espinoza, B.; Solis, M. T. R. Heterogeneous impact of the non-contributory pension program 70 y mas on nutrition and diet among a Mexican sample of rural elderly. **Gerontologist**, v. 52, n. 0, pp. 491-492, 2012.
Shin, E.; Do, Y. K. Basic Old-Age Pension and financial wellbeing of older adults in South Korea. **Ageing and Society.** 2015;35(5):1055-1074.
Solis, M. T. R.; Salinas, A.; Manrique-Espinoza, B.; Angeles-Tagliaferro, G. Impact evaluation of the non-contributory social pension program 70 y mas on depressive symptoms. **Gerontologist,** v. 51, n. 0, p. 86, 2011.
Téllez-Rojo, M. M.; Manrique-Espinoza, B.; Moreno-Tamayo, K. M.; Cruz-Góngora, V. D.; Ángeles, G.; Salinas-Rodríguez, A. Heterogeneous impact of the non-contributory pension programme 70 y más on nutritional status of the elderly in rural Mexico. **The Lancet,** 381, 2013.
Dados Duplicados
Kassouf, A. L.; Oliveira, P. 2014. "**Impact Evaluation of the Brazilian Social Programs on Family Welfare**," ERSA conference papers ersa14p132, European Regional Science Association.
Oliveira, P. R.; Kassouf, A. L. **Spillover Effects of a Brazilian Pension Scheme on Labor Force Participation**

Fonte: Elaboração própria.

Apêndice 3. Descrição das abordagens metodológicas utilizadas nos estudos incluídos

Apêndice 3.1. Descrição das abordagens metodológicas e detalhamento do desenho - Diferenças-em-Diferenças (DiD) (n=21)

Autor/ano	Título	Objetivo	País	Método do estudo
Aguila, Kapteyn e Perez-Arce, (2017)	Consumption of Smoothing and Frequency of Benefit Payments of Cash Transfer Programs.	Analisar dois programas mexicanos de pensão não contributiva para idosos.	México	O desenho do estudo ocorreu em nível comunitário, domiciliar e individual. Para obter uma amostragem com levantamento de todos os domicílios em cada município a partir de uma triagem para identificar domicílios com adultos elegíveis por idade (70 anos ou mais). Foi analisado os efeitos dos programas entre a onda 1 e onda 3 sobre os desfechos por meio de regressões de DID no modelo de intenção de tratar (ITT). O desenho experimental incluiu **duas comunidades com características socioeconômicas e demográficas semelhantes** e localização geográfica na parte nordeste do estado: Valladolid (45.868 habitantes) e Motul (21.508 habitantes).
Aguila, López-Ortega e Robledo, (2018)	Non-contributory pension programs and frailty of older adults: Evidence from Mexico.	Estimar os efeitos de programas de previdência não contributiva na fragilidade de idosos no estado de Yucatán, México.	México	O desenho do estudo baseia-se em um ensaio controlado randomizado por clusters, realizado em duas cidades pareadas com características socioeconômicas e demográficas semelhantes (dados de painel de duas ondas, antes e depois da implementação dos programas de pensão). A análise compara os resultados entre as cidades utilizando uma estratégia de DiD para estimar o efeito causal da pensão estadual em relação à pensão federal e regressões paramétricas por mínimos quadrados ordinários (MQO) com aplicação de um método não paramétrico de pareamento por escore de propensão (PEP). O desenho experimental incluiu **duas comunidades com características socioeconômicas e demográficas** semelhantes e localização geográfica na parte nordeste do estado: Valladolid (45.868 habitantes) e Motul (21.508 habitantes).

(continua)

Autor/ano	Título	Objetivo	País	Método do estudo
Alonso, Amuedo-Dorantes e Juárez, (2018).	The Effect of Non-contributory Pensions on Saving in Mexico.	Examinar os efeitos dos programas de pensões não contributivas federais e estaduais sobre os padrões de poupança das famílias mexicanas.	México	O estudo analisa o efeito dos programas de pensão não contributiva federais e estaduais sobre as taxas de poupança domiciliar, utilizando microdados da Pesquisa Nacional de Renda e Despesas dos Domicílios do México (ENIGH). A estratégia empírica baseia-se em um modelo de DiD que explora a implementação gradual do programa federal 70 y Más em diferentes localidades, e a variação temporal no início dos programas de pensão estaduais. Foram comparados domicílios cujo membro mais velho é elegível para a pensão com **domicílios cujo membro mais velho ainda não atingiu a idade de elegibilidade**, antes e depois da implementação dos programas.
Avila-Parra, Escamilla-Guerrero (2017).	What are the effects of expanding a social pension program on extreme poverty and labor supply? evidence from Mexico's pension program for the elderly.	Estimar o impacto da expansão de um Programa de Pensão Social para Idosos – Programa Pensão para Adultos Maiores (PAM) – na pobreza extrema e na oferta de trabalho dos idosos no México, e exploramos potenciais mecanismos de transmissão subjacentes.	México	O estudo utiliza a Encuesta Nacional de Ingresos y Gastos de los Hogares – Módulo de Condiciones Socioeconómicas (ENIGH-MCS), e para as análises foi utilizado três estratégias econométricas: DiD (comparar mudanças nos resultados antes e depois da expansão do programa entre grupos elegíveis e não elegíveis); RDD para exploras a descontinuidade na elegibilidade baseada na idade e compara indivíduos imediatamente acima e abaixo do limite de elegibilidade); Variáveis instrumental (VI) - usa a elegibilidade por idade como instrumento para estimar o efeito do tratamento sobre os beneficiários efetivos. Foram comparados com **pessoas com idade inferior ao limite de elegibilidade, que não tinham direito ao benefício no mesmo período**.
Ávila-Parra, Guerrero e Gálvez-Soriano, (2023).	Minimum eligibility age for social pensions and household poverty: Evidence from Mexico.	Examinar a expansão do programa de previdência não contributiva do México: Programa de Adultos Mayores (PAM).	México	Os dados foram coletados do ENIGH (Instituto Nacional de Estadística y Geografía – INEGI). Como grupo controle participaram **indivíduos de 61 a 64 anos, que não foram afetados pela mudança na política**. A estratégia de identificação consistiu em delineamentos de DiD e VI que estimam, respectivamente, os efeitos da intenção de tratar (ITT) e do tratamento médio local (LATE) associados à expansão do programa.
Bellés-Obrero, La Mattina e Ye, (2025)	Social Pensions and Intimate Partner Violence against Older Women.	Documentar a prevalência da violência por parceiro íntimo (VPI), além da idade reprodutiva e fornecer as primeiras evidências do impacto do acesso de mulheres à renda na VPI na velhice.	México	O modelo estima o impacto da elegibilidade à pensão sobre os desfechos de VPI utilizando dados de pesquisas transversais repetidas da National Survey on the Dynamics of Household Relationships (ENDIREH). A análise utiliza um modelo de DiD comparando mulheres de 66–69 anos, que se tornaram elegíveis após a reforma, com **mulheres de 61–64 anos, que permaneceram inelegíveis**. O modelo estima o impacto da elegibilidade à pensão sobre os desfechos de VPI utilizando dados de pesquisas transversais repetidas da ENDIREH.

(continua)

Autor/ano	Título	Objetivo	País	Método do estudo
Chen, Osberg e Phipps, (2015)	Intergenerational Effects of Disability Benefits - Evidence from Canadian Social Assistance Programs.	Investigar o efeito dos benefícios de deficiência parental no desenvolvimento cognitivo e não cognitivo entre crianças com pais com deficiência e crianças com pais sem deficiência.	Canadá	O desenho de estudo utiliza uma estratégia quasi-experimental baseada em DiD com abordagem contínua, explorando variações temporais e entre províncias nos níveis de benefícios por incapacidade. A análise é realizada em duas etapas principais: Modelo DiD com dados transversais agrupados (pooled cross-section) utilizando dados de diferentes ciclos da pesquisa longitudinal Nacional de Crianças e Jovens (NLSCY) da Statistics Canada, comparando **crianças de pais** com e **sem deficiência** que vivem na mesma província e o Modelo com efeitos fixos no painel (first-difference / child fixed effects) para controlar características não observadas constantes das famílias ao longo do tempo.
Chen,Tan, (2018)	The effect of non-contributory pensions on labour supply and private income transfers: evidence from Singapore,	Avaliar os efeitos da primeira pensão não contributiva nacional de Singapura (o Silver Support Scheme ou SSS) nas decisões de trabalho, nas transferências monetárias entre familiares e amigos, e nos gastos, 1 ano após a sua implementação.	Singapura	Os dados provêm do Singapore Life Panel (SLP), uma pesquisa longitudinal mensal que acompanha uma amostra representativa da população (cidadãos e residentes permanentes com idade entre 50 e 70 anos e seus cônjuges). A amostra restringiu àqueles que seriam elegíveis por idade para receber os pagamentos do SSS a partir de 2016 (indivíduos com 65 anos ou mais), além de serem cidadãos que vivem em apartamentos públicos. Como comparador, foram identificados **indivíduos que não receberam o benefício em 2016 e 2017**. Foi utilizada uma estratégia de DiD para identificar os efeitos causais do SSS. Para aumentar a comparabilidade entre os grupos, os autores aplicaram um PEP.
Hernani-Limarino, Mena, (2015a)	Efectos intencionados y no intencionados de transferencias monetarias no condicionadas a los adultos mayores: El caso de la Renta Dignidad.	Avaliar os efeitos intencionais e não intencionais da Renta Dignidade, uma pensão universal não contributiva de velhice na Bolívia, sobre variáveis de bem-estar, poupança e investimento do lar e resultados do mercado de trabalho de beneficiários diretos e indiretos.	Bolívia	O estudo explora uma variação exógena de política ocorrida em dezembro de 2007, quando a idade mínima de elegibilidade foi reduzida de 65 para 60 anos. A identificação causal baseia-se em: DID e CIC. O DID estima o efeito médio do tratamento comparando o grupo tratado e controle (**pessoas no intervalo 55 - 60 anos, que permaneceram excluídas em ambos os períodos da reforma nos anos 2005, 2006 e 2007**) em períodos de pré-reforma (ex-ante): 2005–2007 e Pós-reforma (ex-post): 2008–2009–2011.Os dados foram obtidos de pesquisas harmonizadas domiciliares.
Hernani-Limarino, Mena, (2015b)	Intended and Unintended Effects of Unconditional Cash Transfers: The Case of Bolivia's Renta Dignidad.	Avaliar o impacto da política boliviana Renta Dignidad, analisando seus efeitos pretendidos e não pretendidos.	Bolívia	Os autores analisaram uma mudança exógena de política que reduziu o critério de elegibilidade de 65 para 60 anos em dezembro de 2007.Utilizaram uma amostra combinada de três anos de pesquisas domiciliares de corte transversal antes e depois da mudança de política, comparando-os a **pessoas de 55 a 59 anos, que permaneceram não elegíveis nos dois períodos**. A estratégia de identificação baseia-se no método de DiD e CIC para calcular os efeitos médios e os efeitos do tratamento em diferentes quantis de distribuição.

(continua)

Autor/ano	Título	Objetivo	País	Método do estudo
Kim et al. (2025)	Impact of the expanded old age income security programme on suicide mortality among older adults in South Korea: a quasi-experimental study.	Examinar o impacto da expansão, implementada em julho de 2014, do programa de segurança de renda para idosos financiado por impostos (não contributivo) da Coreia, a Pensão Básica (PB), sobre a mortalidade por suicídio entre indivíduos com 65 anos ou mais.	Coreia do Sul	Foi utilizado dados agregados sobre óbitos trimestrais obtidos no MicroData Integrated Service (MDIS) e os suicídios foram identificados e classificados em autoagressões intencionais ou morte autoinfligida com intenção indeterminada. O MDIS fornece o tamanho da população no meio do ano por idade, sexo e região, e aquelas com **menor proporção de beneficiários ($\leq$60%)** — como Seul, Gyeonggi e Jeju — foram consideradas grupo de comparação. Realizou-se análises estratificadas por sexo. Os efeitos da expansão da pensão sobre as taxas de suicídio foram estimados utilizando modelos de estudo de eventos para avaliar tendências pré-existentes e efeitos dinâmicos da política, modelos de DiD (2x2) e modelos de DDD.
Kim, Lee e Kim, (2020)	The Association Between the Basic Old-Age Pension and Depression of the Older Adults in Korea.	Examinar os efeitos dos benefícios do Basic Old-Age Pension sobre a saúde mental, especificamente sobre a depressão.	Coreia do Sul	Foi utilizado um modelo multinível para refletir as variáveis ao nível do agregado familiar e ao nível individual e um modelo DiD para controlar as características pré-política e para estimar o efeito da política da pensão básica para velhice na depressão. Foi comparado a mudança na probabilidade de depressão entre beneficiários e não beneficiários da pensão antes e depois da implementação da política**.** Para aumentar a comparabilidade entre os grupos, os **valores máximos de renda e patrimônio familiar do grupo comparador não beneficiário foram definidos como iguais aos do grupo beneficiário.**
Kollampa-rambil, Etinzock, (2019)	Subjective well-being impact of old age pension in South Africa: A difference in difference analysis across the gender divide.	Analisar o impacto da pensão por velhice (Old Age Pension) sobre o bem-estar subjetivo das pessoas idosas na África do Sul, buscando compreender o impacto diferencial do benefício entre homens e mulheres.	África do Sul	A análise empírica utiliza dados do National Income Dynamics Study (NIDS), conduzido pela Southern Africa Labour and Development Research Unit (SALDRU). Os indivíduos da amostra principal foram acompanhados ao longo de quatro ondas (2008-2015). Os impactos causais da pensão por idade sobre o bem-estar subjetivo são estabelecidos por meio de um desenho quase-experimental de regressão em DiD. É dada atenção especial à superação das diferenças em características não observáveis entre participantes e não participantes do programa por meio do PEP. O grupo controle foi composto por **indivíduos entre 55 e 59 anos com renda mensal inferior ao limite estabelecido pelo governo (R12.300 para casais residentes no mesmo domicílio), e que, portanto, não recebem a pensão durante o período analisado.**
Lee, (2022)	Old-age poverty in a pension latecomer: The impact of basic pension expansions in South Korea.	Examinar os efeitos da expansão da Pensão Básica sobre as taxas de pobreza na terceira idade.	Coreia do Sul	Foi utilizado uma abordagem de diferenças em diferenças para explorar os aumentos repentinos no benefício Pensão Básica implementados em julho de 2014, setembro de 2018 e abril de 2019. As análises se baseiam em dados extraídos da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) divulgada pelo Instituto Nacional de Estatística da Coreia. Como grupo controle foram **incluídos indivíduos com idade entre 55 e 64 anos que não recebem o benefício e que não tenha conjugue ou outro familiar que receba o benefício do programa de prevenção de diabetes**.

(continua)

Autor/ano	Título	Objetivo	País	Método do estudo
Liu, He e Gao, (2024)	The effect of social pension on health-related quality of life of the rural older people: a panel study from China.	Avaliar as consequências a longo prazo da nova pensão social rural (NSSR) para a saúde dos idosos rurais na China.	China	A análise baseia-se em dados longitudinais do China Health and Retirement Longitudinal Study (CHARLS). A estratégia analítica combina dois métodos principais: PEP, utilizado para parear indivíduos participantes do programa de pensão com **indivíduos não participantes que apresentavam características socioeconômicas semelhantes (grupo controle)** e DiD, para comparar a mudança nos indicadores de saúde ao longo do tempo entre os participantes do programa e o grupo comparador.
Menares et al. (2026)	Effects of Non-Contributory Pensions on Older Adult Mortality in Rural Mexico.	Examinar se um programa de pensão não contributiva em áreas rurais pobres afeta a mortalidade de pessoas idosas.	México	Os dados utilizados no estudo foram obtidos do National Institute of Statistics and Geography (INEGI) e Pesquisa de renda e despesas domiciliares (ENIGH) do Mexican National Survey of Household Income and Expenditure. O estudo utiliza três ondas de pesquisa domiciliar coletadas antes e após a implementação dos programas de pensão no estado de Yucatán, México. A análise compara os resultados entre a linha de base (Onda 1) e as ondas de acompanhamento (2 e 3) para estimar os efeitos do programa ao longo do tempo. O grupo controle foi composto por **idosos não elegíveis ao programa (entre 60 e 69 anos, residentes em localidades com mais de 30 mil habitantes).** Para estimar os efeitos do programa, aplicou-se uma regressão de DID com abordagem de ITT, comparando os resultados entre as ondas da pesquisa e entre os programas com pagamentos mensais e bimestrais.
Pak, (2021)	What Are the Effects of Expanding Social Pension on Health? Evidence from the Basic Pension in South Korea.	Investigar a expansão da previdência social na Coreia do Sul e seu impacto na saúde da população.	Coreia do Sul	Os dados utilizados provêm das ondas de 2008 a 2016 do Korean Longitudinal Study of Ageing (KLoSA), um estudo longitudinal bienal que acompanha indivíduos com 45 anos ou mais e seus cônjuges. O efeito da reforma da pensão básica na saúde foi estimado comparando-se as mudanças nos resultados de saúde do grupo de tratamento e do grupo de controle antes e depois da reforma em 2014. A estratégia empírica utiliza um modelo de DiD. O modelo compara indivíduos com 65 anos ou mais com **indivíduos entre 55 e 64 anos (grupo controle)** nas ondas da pesquisa de 2008, 2010, 2012, 2014 e 2016. Os modelos de regressão são estimados por mínimos MQO. Para lidar com possíveis vieses decorrentes de indivíduos elegíveis que não receberam o benefício, também é estimado um modelo de VI.

(continua)

Autor/ano	Título	Objetivo	País	Método do estudo
Paulo, Wajnman e Oliveira, (2013)	A relação entre renda e composição domiciliar dos idosos no Brasil: um estudo sobre o impacto do recebimento do Benefício de Prestação Continuada.	Investigar o impacto do Benefício de Prestação Continuada sobre a composição dos arranjos domiciliares dos idosos no Brasil.	Brasil	O estudo adota um desenho quase-experimental, explorando uma mudança exógena na legislação do BPC, que reduziu a idade mínima de elegibilidade de 67 para 65 anos; utiliza-se o método de DiD, comparando idosos de 65–66 anos (grupo tratamento, elegíveis após a mudança) com **idosos entre 63 e 64 anos (grupo controle, não elegíveis)**, nos anos de 2002 (antes) e 2004 (depois); a estimativa do efeito causal é obtida pelo termo de interação entre período e tratamento em modelos de regressão logística. Os indicadores são calculados diretamente a partir das informações da Bases de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE sobre posição no domicílio e composição familiar.
Rodríguez et al. 2014	Impact evaluation of the non-contributory social pension programme 70 y más in Mexico.	Avaliar o impacto do programa 70 y más nas condições de nutrição e saúde mental.	México	Para os indicadores nutricionais foram utilizadas a versão curta do Questionário de Frequência Alimentar (FFQ) usado na Pesquisa Nacional de Saúde e Nutrição (ENSANUT). Para indicadores de Saúde Mental foi utilizada a escala de depressão geriátrica (GDS). Para o componente qualitativo do estudo foi utilizado uma pesquisa etnográfica, baseada em conceitos do paradigma construtivista. A coleta de dados envolveu entrevistas semiestruturadas. A amostragem foi proposital, visando a máxima variação para comparar diferentes subgrupos. A análise foi realizada por meio de análise de conteúdo, com codificação (utilizando o software NVivo). Para o componente quantitativo do estudo, foi utilizado um modelo de DiD com efeitos fixos. Modelos de regressão e estratificação por sexo, etnia e status socioeconômico foram empregados para explorar efeitos heterogêneos. Fizeram parte do grupo controle **idosos mais jovens ou residentes em localidades ligeiramente maiores, que não recebiam o benefício durante a avaliação.**
Salinas-Rodriguez et al. (2014)	Impact of the Non-Contributory Social Pension Program 70 y más on Older Adults' Mental Well-Being.	Estimar o impacto do programa de pensão não contributiva " 70 anos ou mais" no bem-estar mental de seus beneficiários.	México	O estudo utiliza dados primários de pesquisa coletados especificamente para a avaliação do programa de pensão não contributiva mexicano 70 y Más. Foi utilizado o modelo de DiD com efeitos fixos para estimar o efeito do programa em combinação com o PEP como estratégia para verificar a robustez dos nossos resultados. Neste estudo foi utilizado três grupos comparador, dois deles com **idosos entre 65-69 anos, mas que residiam em localidades de tamanhos diferentes (abaixo de 2500 habitantes, e entre 2500 e 2700 habitantes), e um grupo de idosos entre 70 e 74 anos que residiam em localidades contendo entre 2500 a 2700 habitantes.**

(continua)

Autor/ano	Título	Objetivo	País	Método do estudo
Unnikrishnan, Imai, (2020)	Does the Old Age Pension Scheme improve Household Welfare? Evidence from India.	Examinar o efeito do Programa Nacional de Pensões para Idosos Indira Gandhi (IGNOAPS) sobre indicadores de bem-estar familiar, como despesas de consumo, renda, patrimônio e pobreza.	India	Os autores estimam o propensity score (PS) por meio de um modelo probit, que calcula a probabilidade de um domicílio participar do IGNOAPS. Em seguida, domicílios beneficiários são pareados com domicílios não beneficiários comparáveis utilizando PEP, reduzindo o viés de seleção e construindo um grupo contrafactual. A seguir aplica-se um modelo de efeitos fixos ponderado pelo PS ao painel pareado. O estudo também aplica um modelo de DID para avaliar o impacto das mudanças na política ocorridas em 2007, especialmente nos critérios de elegibilidade. **Esse modelo compara domicílios que passaram a receber o benefício após 2007 com domicílios semelhantes que permaneceram sem participação no programa.**

Siglas: DDD: diferenças triplas (*triple differences*); IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Apêndice 3.2. Descrição das abordagens metodológicas e especificações do modelo Desenho de Regressão Descontínua (RDD) nos estudos incluídos (n=16)

Autor/ano	Título	Objetivo	País	Método do estudo
Agüero, Fasola, (2022)	Distributional Policies and Social Cohesion in a High-Unemployment Setting	Avaliar o papel de um programa de transferência de dinheiro incondicional, a Pensão de Velhice (OAP) da África do Sul.	África do Sul	O estudo usou duas fontes de dados, a Pesquisa de Atitudes Sociais da África do Sul (*South African Social Attitudes Survey – SASAS*) e do *General Household Survey* (GHS) que possui um módulo específico que mede o acesso a todos os programas sociais, incluindo a *Old Age Pension*. Para as análises, utiliza um RDD com base na regra de elegibilidade do *Old Age Pension*, em conjunto com múltiplas rodadas da Pesquisa de Atitudes Sociais do país. A estratégia utiliza o salto súbito (idade como ponto de corte) de probabilidade no acesso à pensão em um RDD *fuzzy*, o qual permite prever o acesso à pensão. Usou-se essa previsão para estimar o impacto na coesão social por Mínimos Quadrados de Dois Estágios (MQDE).
Almeida et al. (2024)	Can social pensions for the elderly mitigate shocks?	Investigar a contribuição do principal programa de pensão social de Moçambique, o Programa de Subsídio Social Básico (PSSB), sobre a resiliência frente a choques.	Moçambique	Os autores aplicaram um RDD *fuzzy*, explorando o limite de elegibilidade baseado na idade do programa PSSB-*Elderly*. Isso permite identificar o efeito causal da elegibilidade ao programa sobre os resultados relacionados à resiliência frente a choques. Foi realizada a distinção entre o efeito de antecipação de se tornar elegível e o efeito da transferência associado ao recebimento do benefício da pensão. Para cada resultado analisado foi apresentado estimativas separadas baseadas em regressão MQO simples e em regressões com IV.
Archer, (2020)	An Assessment of Renta Dignidad's Adequacy to Prevent Poverty in Bolivia.	Adicionar à literatura existente estudando o impacto estimado da elegibilidade para a *Renta Dignidad* em subgrupos vulneráveis: falantes de línguas nativas, mulheres e membros de domicílios grandes.	Bolívia	O estudo utilizou dados da *Pesquisa Encuesta a la Población Adulto Mayor* (EPAM 2011) coletados pela *Unidad de Análisis de Políticas Sociales y Económicas* (UDAPE). Para estimar o impacto causal da elegibilidade ao *Renta Dignidad* sobre indicadores econômicos domiciliares foi utilizado um RDD. comparando domicílios cujo membro mais velho está imediatamente abaixo e imediatamente acima do ponto de corte de idade (60,083 anos) — idade mínima para elegibilidade ao benefício. A análise restringe a amostra a indivíduos dentro de uma janela de cinco anos ao redor do ponto de corte para garantir maior comparabilidade entre os grupos.

(continua)

Autor/ano	Título	Objetivo	País	Método do estudo
Bando, Galiani e Gertler, (2017)	The Effects of Non-Contributory Pensions on Material and Subjective Well Being.	Explorar os efeitos das pensões não contributivas sobre o bem-estar material e subjetivo da população beneficiária, por meio do estudo do programa Pension 65 no Peru.	Peru	O estudo analisou os dados de pesquisas domiciliares realizadas pelo Instituto Nacional de Estatística e Informática (INEI) do Peru por meio de uma abordagem de RDD do tipo "*sharp*". Os domicílios foram selecionados aleatoriamente por possuir pelo menos um adulto com idade entre 65 e 80 anos, cuja informação disponível no SISFOH permitisse determinar a condição de pobreza do domicílio e cuja(s) pontuação(ões) no SISFOH estivesse(m) dentro de 0,3 desvios-padrão acima ou abaixo do limite de elegibilidade estabelecido pelo SISFOH. Para identificar o impacto do programa sobre os desfechos de interesse, utilizou-se um RDD tendo o escore SISFOH como variável de corte. Como os limiares de elegibilidade variam entre os 15 conglomerados da amostra, o modelo RDD é estimado condicionando efeitos fixos por conglomerado.
Chen et al. (2020)	How and to what extent can pensions facilitate increased use of health services by older people: evidence from social pension expansion in rural China.	Avaliar os efeitos das pensões sobre a utilização dos serviços de saúde por idosos e estimar o valor da pensão necessário para influenciar essa utilização.	China	O estudo utilizou dados obtido do Estudo Longitudinal de Saúde e Aposentadoria da China (CHARLS) selecionados por meio de amostragem estratificada em múltiplos estágios. Foi aplicado a RDD para estimar os impactos da intervenção, sendo a idade definida como variável determinante do ponto de corte. Para avaliar qual o nível de pensão suficiente para aumentar a utilização dos serviços de saúde pelos beneficiários, foi utilizada a regressão segmentada. Para evitar causalidade reversa e viés de variável omitida, foi considerado a duração da pensão como uma VI para a renda da pensão, calculada como o tempo entre o ano da pesquisa e o ano em que o participante começou a receber a pensão.
Guimbeau, Menon, (2024)	Pensions and Depression: Gender-Disaggregated Evidence from the Elderly Poor in India.	Estimar o impacto do acesso a pensões públicas sobre três medidas de depressão entre idosos em domicílios abaixo da linha da pobreza, utilizando um desenho de regressão descontínua baseado nos pontos de corte de elegibilidade por idade.	Índia	Os autores utilizam os dados da pesquisa "*Longitudinal Aging Study in India*" para estimar o impacto do acesso a pensões públicas sobre três medidas de depressão entre idosos que vivem em domicílios abaixo da linha da pobreza, utilizando um RDD baseado no critério de elegibilidade por idade do programa de pensões e comparam entre indivíduos logo abaixo e logo acima do limite de idade para elegibilidade. A estratégia identifica o efeito causal do acesso à pensão sobre os desfechos de saúde mental; estima o efeito da elegibilidade sobre indicadores de depressão e apresenta estimativas de ITT.
Gutierrez, Rubli e Juarez, (2015)	The Effect of a Transfer Program for the Elderly in Mexico City on Co-Residing Children's School Enrollment.	Estimar o impacto de um programa de transferência de renda para indivíduos de 70 anos ou mais na Cidade do México sobre a matrícula escolar de crianças co-residentes.	México	O estudo utilizou dados da ENIGH e usou como modelo o RDD. Para estimar o efeito do programa sobre os resultados de interesse, foi realizado uma análise semiparamétrica. Como um segundo passo, validaram as estimativas usando uma abordagem paramétrica, semelhante à de Edmonds (2006). Foi utilizado um kernel triangular e a largura de banda ideal em cada lado do corte de idade que minimiza o erro quadrático médio. Para confirmar os principais resultados, foi realizado uma análise paramétrica usando MQO.

(continua)

Autor/ano	Título	Objetivo	País	Método do estudo
Hernández-Grageda, Mina, (2025)	Food Insecurity and Mexico's Non-Contributory Pension: Evidence from Older Adults Living Alone and Without Social Support.	Avaliar o impacto causal do programa de pensão não contributiva do México, a "Pensión para el Bienestar de las Personas Adultas Mayores" (PBPAM), sobre a insegurança alimentar entre idosos.	México	O estudo utiliza um RDD *fuzzy* com randomização local para estimar o impacto causal do programa de pensão não contributiva do México sobre a insegurança alimentar entre idosos. A estratégia de identificação explora o ponto de corte de elegibilidade por idade para recebimento da pensão, comparando indivíduos logo abaixo e logo acima desse limite. Indivíduos situados dentro de uma janela estreita ao redor do ponto de corte são considerados como quase aleatoriamente distribuídos entre grupo tratado e grupo controle, o que permite inferência causal credível. A análise utiliza microdados transversais ENIGH. A insegurança alimentar é medida por meio da Escala Latino-Americana e Caribenha de Segurança Alimentar (ELCSA). Para garantir a robustez dos resultados, o estudo realiza diferentes testes, incluindo testes de manipulação do ponto de corte, testes placebo com cortes artificiais, análises de sensibilidade para a seleção da janela de estimativa e estimações por MQDE.
Juárez, Piña, (2021)	The Effect of Non-Contributory Pensions on the Subjective Wellbeing of Older Adults in Mexico.	Estimar o impacto de uma pensão não contributiva sobre o bem-estar subjetivo de idoso com diferença por gênero e os impactos heterogêneos segundo vulnerabilidade socioeconômica.	México	O estudo usou dados obtidos do *Estudio Nacional sobre Salud y Envejecimiento en México* (ENASEM). Para as análises foi utilizado o modelo RDD usando a distância ao ponto de corte do índice de pobreza disponível no SISFOH. Estimativas foram interpretadas como ITT.
Miglino et al. (2018)	Money can buy me life. The Effect of a Basic Pension on Mortality: a Regression Discontinuity Design.	Estimar o efeito de um aumento permanente de renda para idosos sobre seus desfechos de saúde.	Chile	Os dados utilizados no estudo foram obtidos do Instituto de Pension do programa de pensão básica chileno e Dados do Ministério da Saúde. Para estimar o efeito causal do recebimento da pensão sobre desfechos de saúde foi utilizado RDD *fuzzy* e MQDE.
Nguyen, Yamada, (2026)	Cash Transfers and Socioeconomic Behavior among Older Adults: Evidence from a Regression Discontinuity Design.	Examinar o impacto do recebimento da pensão social nos padrões de despesa e na dificuldade material entre adultos mais velhos com 80 anos ou mais no Vietnã.	Vietña	Os dados usados no estudo foram obtidos do *Vietnam Household Living Standards Survey* (VHLSS) e da Pesquisa Nacional sobre Envelhecimento do Vietnã de 2011 (VNAS). Para analisar o impacto do programa de pensão social, foi utilizado um RDD. Na estratégia empírica, explorou-se os critérios de elegibilidade baseados na idade do programa empregando um RDD *fuzzy*. A ideia por trás do RDD é estimar o impacto da assistência social comparando os resultados dos recebedores de renda que têm 80 anos ou estão logo acima do limiar, com aqueles não beneficiários que estão logo abaixo dos 80 anos.

(continua)

Autor/ano	Título	Objetivo	País	Método do estudo
Oliveira, Kassouf e Aquino (2017)	Cash transfers to the elderly and its spillover effects: Evidences from a non-contributory program in Brazil.	Apresentar evidências sobre os efeitos de transbordamento (*spillover*) de uma transferência de renda direcionada a idosos pobres no Brasil.	Brasil	A estratégia empírica baseia-se em um RDD explorando o ponto de corte etário de elegibilidade (65 anos na maior parte do período analisado). Como nem todos os elegíveis recebem o benefício (baixa taxa de adesão), foi utilizado RDD *fuzzy*, estimando o efeito local médio do tratamento (LATE). Foram utilizados três modelos principais: SRDD – efeito de tornar-se elegível (ITT); RDD (2SLS – dois estágios) – usando a elegibilidade como instrumento; LLR (*Local Linear Regression*) – com *bandwidth* ótimo. A análise foi restrita a domicílios renda-elegíveis, comparando indivíduos imediatamente abaixo e acima do ponto de corte etário ($\pm$ 5 anos). Os dados foram obtidos do PNAD.
Pak, (2020)	Social protection for happiness? The impact of social pension reform on subjective well-being of the Korean elderly.	Avaliar a eficácia da expansão da reforma da previdência social de 2014 na Coreia do Sul utilizando diversas medidas de bem-estar subjetivo.	Coreia do Sul	Os dados utilizados no estudo foram obtidos do Estudo Longitudinal Coreano sobre Envelhecimento (KLoSA). A estratégia empírica utiliza um RDD no qual a idade do chefe do domicílio funciona como variável de ordenação, sendo a elegibilidade determinada pelo fato de o indivíduo estar acima ou abaixo do limite de idade para receber a pensão. Domicílios cujo chefe está logo acima do ponto de corte de elegibilidade são comparados com domicílios cujo chefe está logo abaixo do limite, assumindo-se que esses grupos são comparáveis em outras características. A análise estima regressões lineares locais em torno do ponto de corte de elegibilidade, restringindo a amostra a domicílios cujos chefes estão dentro de um intervalo de idade específico (*bandwidth*) ao redor do limite.
Rosales, Mattos e Julião, (2023)	Effects of the Continuous Benefit Programme on the nutritional status and food security of older persons in Brazil.	Avaliar o impacto do Programa de Benefício de Prestação Continuada (BPC) no estado nutricional e nos níveis de segurança alimentar de pessoas idosas no Brasil.	Brasil	O estudo utilizou dados secundários de inquérito domiciliar de base nacional (Microdados da Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF). O estudo utiliza especificações que exploram a descontinuidade na idade mínima exigida para elegibilidade ao BPC, aproximando-se de um RDD, ainda que aplicado em dados observacionais. Foram utilizados modelos de regressão linear (para variáveis contínuas, como IMC) e modelos de probabilidade (logit ou probit) para variáveis binárias, como presença de insegurança alimentar ou categorias de estado nutricional.
Valderrama, Oliveira, (2023)	The effects of social pensions on mortality among the extreme poor elderly.	Estudar os efeitos causais do programa de pensão não contributiva do Peru, Pensión 65, sobre a mortalidade de idosos.	Peru	A análise baseia-se em dados da pesquisa ESBAM (*Encuesta de Salud y Bienestar del Adulto Mayor*) que foram combinados com registros de mortalidade. Foi explorado a descontinuidade em torno do índice de bem-estar utilizado pelo programa para determinar a elegibilidade e estimados os efeitos de ITT em um contexto de RDD. Para estimar o efeito causal do programa sobre a mortalidade, a descontinuidade gerada pela regra de elegibilidade baseada no índice SISFOH foi explorada, comparando indivíduos logo acima e logo abaixo do ponto de corte.

(continua)

Autor/ano	Título	Objetivo	País	Método do estudo
Von Fintel, Pienaar, (2016)	Small-Scale Farming and Food Security: The Enabling Role of Cash Transfers in South Africa's Former Homelands.	Estimar se as Pensões por Idade financiadas pelo Estado incentivam atividade econômica não mercantil (na forma de agricultura em pequena escala) e melhoram a segurança alimentar autorreferida de domicílios rurais que praticam agricultura, em comparação com aqueles que não praticam.	África do Sul	Os dados utilizados no estudo são obtidos do *Living Conditions Survey* (LCS). A estratégia empírica utilizou um RDD no qual a idade do chefe do domicílio funciona como variável de ordenação. RDDs *fuzzy* foram estimadas por meio de MQDE, utilizando o limiar como instrumento exógeno para identificar efeitos causais. O primeiro estágio modela a renda total que o domicílio recebe da OAP em função da idade do chefe, enquanto o segundo estágio estima a sensibilidade das variáveis de resultado a essa renda.

Siglas: 2SLS: mínimos quadrados em dois estágios (*two-stage least squares*); IMC: índice de massa corporal; SISFOH: *Sistema de Focalización de Hogares*; SRDD: regressão descontínua nítida (*sharp regression discontinuity design*).

Apêndice 3.3. Descrição dos métodos econométricos utilizados nos estudos incluídos (n=05)

Autor/ano	Título	Objetivo	País	Método do estudo
Alzúa et al. (2019)	Welfare Effects of a Non-Contributory Old Age Pension: Experimental Evidence for Ekiti State, Nigeria.	Avaliar o impacto causal de uma pensão não contributiva, incondicional, direcionada a idosos vulneráveis no estado de Ekiti, Nigéria poderia melhorar o bem-estar dos idosos e gerar efeitos intradomiciliares.	Nigéria	Os dados utilizados na análise foram obtidos a partir de três pesquisas realizadas pela equipe de pesquisa em parceria com o governo do estado de Ekiti. Para avaliar os efeitos do programa, foi estimado modelos de ITT e Conglomerados (Cluster - RCT) com randomização distrital eleitoral (menor unidade administrativa do estado). Foi realizado estimativas de efeitos ITT, clusterizado e com correção para múltiplas hipóteses.
Chang et al. (2024)	The Impact of the Older Person's Grant Expansion on Hypertension Among Older Men in Rural South Africa: Findings From the HAALSI Cohort.	Avaliar o impacto da elegibilidade à aposentadoria sobre a hipertensão em um contexto rural de baixa renda na África do Sul.	África do Sul	O estudo utilizou dados *Health and Aging in Africa: A Longitudinal Study of an INDEPTH Community in South Africa* (HAALSI). Cada entrevista presencial incluiu questionários aplicados por entrevistadores locais utilizando entrevistas pessoais assistidas por computador, além de avaliações de função física e cognitiva e biomarcadores, como pressão arterial. A análise dos dados foi realizada por descrição das características da amostra (média, desvio padrão, frequências) e abordagem de modelagem em múltiplas etapas: Modelo logístico multivariado no grupo controle para estimar a probabilidade predita de hipertensão na ausência da expansão da pensão (probabilidade contrafactual); Modelo logístico multivariado na amostra completa para estimar a probabilidade observada com cálculo da diferença entre probabilidade observada e contrafactual e regressão linear sobre os escores de diferença para estimar o efeito médio por coorte. Foram utilizados dois modelos de predição: *Framingham* modificado e Modelo de Wand et al. (adaptado ao contexto sul-africano).
Chen, Wang e Busch, (2019)	Does money relieve depression? Evidence from social pension expansions in China.	Estimar o impacto causal da participação na Nova Previdência Rural da China (NRPS) sobre a saúde mental dos idosos, especialmente sobre sintomas depressivos, entre adultos rurais na China.	China	Os dados utilizados provêm do *China Family Panel Studies* (CFPS), um inquérito longitudinal nacional conduzido pela Universidade de Pequim. A análise baseia-se em modelos de regressão com estratégia de identificação causal, utilizando variações temporais e regionais na implementação do programa. O estudo adotou uma abordagem de ITT, avaliando os efeitos da elegibilidade e da expansão do programa de pensão sobre os resultados de saúde mental, ainda que nem todos os indivíduos elegíveis recebam efetivamente o benefício. A análise empírica utiliza modelos de regressão IV estimados por MQDE. O instrumento utilizado explora a variação na elegibilidade ao programa e na implementação do NRPS em nível de condado, que influencia a probabilidade de inscrição e o valor da renda de pensão recebida pelos indivíduos.

(continua)

Autor/ano	Título	Objetivo	País	Método do estudo
Garroway, (2013)	How much do small old age pensions and widow's pensions help the poor in India?	Quantificar de forma rigorosa os impactos que o programa NSAP teve nos meios de subsistência dos indianos que vivem na pobreza.	Índia	O estudo utilizou os dados obtidos do *Indian Human Development Survey* (IHDS), uma pesquisa domiciliar nacional da Índia. O estudo avalia o impacto das pensões de velhice e das pensões para viúvas utilizando métodos de avaliação de impacto, especialmente modelos de regressão logística e estimativas de efeito de tratamento. A análise estima tanto o *Average Treatment Effect* (ATE) quanto o *Average Treatment Effect on the Treated* (ATT) para medir como o recebimento da pensão afeta indicadores de bem-estar. Foi utilizado o método de PEP que constrói um grupo de comparação contrafactual para fornecer uma estimativa imparcial do efeito médio da transferência de pensão sobre os beneficiários (ATT) e uma ideia do impacto potencial sobre toda a população-alvo como um todo (ATE).
Martinez et al. (2019)	Pensions for the Poor: the Effects of Non-contributory Pensions in El Salvador.	Quantificar os efeitos da Pensão Básica Universal (PBU) nos padrões de vida dos lares beneficiários e identificar efeitos heterogêneos por gênero do pensionista.	El Salvador	O estudo utiliza um método econométrico de avaliação de impacto baseado em VI para estimar o efeito da pensão UBP sobre diferentes resultados de bem-estar dos domicílios. Como o tratamento é determinado de forma determinística pela idade, os autores utilizaram uma abordagem de VI para corrigir a possível seleção endógena da população com 70 anos ou mais inscrita no programa. A estratégia assume que a variação na elegibilidade para a UBP na marca dos 70 anos é exógena dentro do intervalo relativamente estreito de domicílios com um membro mais velho entre 66 e 74 anos. Como um teste de exogeneidade adicional, foi correlacionado a idade com os resultados para domicílios não elegíveis na faixa de 66 a 69 anos para detectar padrões que pudessem sugerir desequilíbrio por idade. Com adesão parcial da UBP entre indivíduos elegíveis, foi estimado os efeitos do tratamento sobre os tratados (TOT) instrumentando a variável de participação no programa endógena com a elegibilidade para o programa.

Siglas: RCT: ensaio controlado randomizado (*randomized controlled trial*); UBP: *Universal Basic Pension* (Pensão Básica Universal).

Apêndice 4. Síntese dos Benefícios não contributivos identificados nos estudos incluídos (exceto Brasil)

País	Nome no Benefício	Elegibilidade	Descrição do Benefício	Objetivo da política	Estudos que avaliaram o Benefício
África do Sul	Pensão por velhice, Old Age Pension – OAP Posteriormente denominado de Subsídio para Idosos - Older Person's Grant	Idosos com 60 anos ou mais de baixa renda. Mulheres sempre tiveram idade de elegibilidade de 60 anos, enquanto a idade mínima para homens foi reduzida de 65 para 60 anos entre 2008 e 2010. Pessoas que recebem qualquer outro subsídio social para si mesmas ou que são cuidadas em uma instituição estatal não são elegíveis. A pensão é sujeita a teste de meios (means-tested).	Transferência de renda não contributiva, mensal, financiada pelo Estado sul-africano, destinada à população idosa de baixa renda. O benefício é administrado e pago pelo governo da África do Sul, por meio do sistema público de assistência social (South African Social Security Agency – SASSA). A pensão é distribuída em nível nacional, inclusive em áreas rurais de baixa renda. Os pagamentos podem ser suspensos se as circunstâncias mudarem, se houver falha na cooperação durante a revisão do benefício, fraude, deturpação ou erro na aprovação. O subsídio termina quando a pessoa morre, é admitida em uma instituição estatal, deixa o país ou não o reivindica por três meses consecutivos.	Garantir proteção de renda mínima às pessoas idosas pobres, reduzindo a pobreza e a desigualdade na velhice, especialmente em um contexto de baixa cobertura previdenciária contributiva e de fragilidade dos arranjos familiares tradicionais.	Agüero, Fasola, (2022); Chang *et al.* (2024); Kollamparambil, Etinzock, (2019) Von Fintel, Pienaar, (2016)
Bolívia	Renda Dignidade (Renta Dignidad)	Idosos acima de 60 anos de idade. A elegibilidade é definida essencialmente pelo critério etário, não havendo exigência de comprovação de pobreza ou contribuição prévia ao sistema previdenciário.	Começou em 1997 como uma política chamada Bonosol, uma transferência de dinheiro incondicional de US$ 248 para qualquer cidadão acima de 65 anos. Em 2008 a idade de elegibilidade caiu para 60 anos. O benefício pode ser recebido mensalmente, trimestralmente ou anualmente, conforme escolha do beneficiário, sendo permitido o acúmulo por até um ano. É financiada por um Imposto Direto sobre Hidrocarbonetos e dividendos de empresas públicas capitalizadas pelo Estado.	Dado não relatado	Archer, (2020) Hernani-Limarino, Mena, (2015a) Hernani-Limarino, Mena, (2015b)

(continua)

País	Nome no Benefício	Elegibilidade	Descrição do Benefício	Objetivo da política	Estudos que avaliaram o Benefício
Canadá	Benefícios de deficiência provinciais	A elegibilidade para os programas provinciais inclui uma avaliação e apresentação de atestado preenchido por um médico licenciado indicando o grau de deficiência e o potencial de reabilitação; é exigido que a deficiência tenha um impacto substancial nas atividades habituais do potencial beneficiário e ocorra de forma contínua ou recorrente considerando que os ativos líquidos e fixos de uma família candidata, provenientes de fontes não isentas não excedam os níveis máximos permitidos, os benefícios de deficiência são compensados dólar por dólar com renda não obtida e renda obtida que não seja isenta.	No Canadá, os benefícios de assistência à deficiência são geridos pelas províncias, que possuem autonomia para definir regras e valores. Eles fornecem assistência de renda baseado nas necessidades para pessoas com deficiências que são inelegíveis para outros benefícios ou para quem outros benefícios são inadequados. Os benefícios de deficiência em cada programa provincial consistem em um subsídio básico destinado a cobrir os custos de alimentação, vestuário, utilidades, itens pessoais e domésticos, e um subsídio de moradia. Alguns programas também fornecem benefícios extras para atender a necessidades especiais com a saúde. Antes de 1996, o governo federal financiava 50% dos benefícios para todos os programas provinciais através do Plano de Assistência do Canadá (CAP), que oferecia uma subvenção correspondente aos gastos provinciais. Após 1996, uma subvenção em bloco (a Transferência Canadense de Saúde e Social — CHST) substituiu o CAP, resultando em uma redução substancial nas contribuições do governo federal.	Dado não relatado	Chen, Osberg e Phipps, (2015)
Chile	Pensão Básica Solidária (Basic Pension)	Idosos acima de 65 anos, sem ter contribuído para a aposentadoria e que tenham escore socioeconômico (“pension score”) abaixo do ponto de corte definido pelo governo.	Pensão mensal, vitalícia de aproximadamente 40% do salário-mínimo nacional. Ao receber uma solicitação, o governo calcula uma pontuação de pensão específica que avalia o risco do solicitante de se tornar pobre. Com base nessa pontuação, o governo atribui uma pensão básica aos solicitantes que se encontram abaixo do 60º percentil da distribuição da pontuação. O pagamento é feito pelo Governo central do Chile, por meio do Instituto de Pensiones (Pension Institute – PI).	Dado não relatado	Miglino *et a*l. (2018)

(continua)

País	Nome no Benefício	Elegibilidade	Descrição do Benefício	Objetivo da política	Estudos que avaliaram o Benefício
China	Novo Seguro Social de Velhice Rural (NRPS) ou Nova Pensão Rural da China ou Nova Pensão Social Rural	Idosos acima de 60 anos residentes em áreas cobertas	A Nova Pensão Social Rural (NRSP) teve início em 2009 e alcançou cobertura universal no final de 2012. O benefício atualmente é composto por dois componentes: (i) uma pensão básica não contributiva, financiada integralmente pelo governo, e (ii) uma conta individual contributiva, formada por contribuições dos participantes com subsídio correspondente do Estado. O valor da pensão básica é definido em nível provincial, sendo que, na maioria das províncias, o valor mínimo estabelecido foi de 55 CNY por mês (aproximadamente 9 dólares americanos), podendo alcançar valores mais elevados em províncias economicamente mais desenvolvidas. A NRSP é financiada por contribuições individuais, um subsídio coletivo, o governo, empresas, organizações sociais e outras fontes.	Ampliar a proteção social à população idosa residente em áreas rurais.	Chen *et al.* (2020); Chen, Wang e Busch, (2019); Liu, Hee Gao, (2024)
Coreia do Sul	Pensão Básica a Velhice (PBV) e Pensão Básica (PB)	PBV - Idosos acima de 65 anos e que estejam entre os 60% mais pobres da população da faixa etária elegível, com base na análise socioeconômica. PB- Idosos acima de 65 anos e que estejam entre os 70% mais pobres da população da faixa etária elegível, com base na análise socioeconômica.	Em 2008 foi instituída a PBV, transferência e renda, paga pelo governo diretamente ao beneficiário. Em 2014 a PB, dobrou o benefício concedido pela pensão anterior e aumentou em 25% em 2018. É uma transferência monetária pública, classificada como pensão social financiada por impostos. O benefício é pago regularmente em forma mensal aos indivíduos elegíveis. O programa é administrado pelo governo nacional, por meio do sistema público de seguridade social e das autoridades de assistência social. O benefício é entregue diretamente aos beneficiários, por meio dos mecanismos administrativos do sistema público de pensões, sendo recebido no local de residência do beneficiário, independentemente de área urbana ou rural.	Garantir uma renda mínima e o combate à pobreza extrema entre os idosos coreanos.	Kim *et al.* (2025); Kim, Lee e Kim, (2020); Lee, (2022); Pak, (2021); Pak, (2020)

(continua)

País	Nome no Benefício	Elegibilidade	Descrição do Benefício	Objetivo da política	Estudos que avaliaram o Benefício
El Salvador	Pensão Básica Universal	Idosos acima de 70 anos que não recebem nenhum outro tipo de pensão. Para receber o benefício são necessários vários procedimentos, incluindo a identificação de potenciais beneficiários e a validação das condições de vulnerabilidade pelos comitês municipais. O processo de registro e verificação ocorre três vezes por ano. Outros benefícios sociais de potenciais beneficiários precisam ser verificados, e uma Brevalidação dos acordos de pensão entre o Fundo de Investimento Social para o Desenvolvimento Local (FISDL, por sua sigla em espanhol) e os participantes era conduzida.	O pagamento do benefício, no valor de $50 (em 2009) é feito de forma mensal pelo Governo Federal por transferência direta ao beneficiário via órgão do governo.	O programa visa melhorar as condições de vida das pessoas idosas, especialmente aqueles que vivem em pobreza extrema e exclusão social nos municípios mais pobres de El Salvador.	Martinez *et al.* (2019)
India	Plano Nacional de Pensões para Idosos Indira Gandhi (IGNOAPS)	Idosos acima de 60 anos, pertencentes a domicílios classificados abaixo da linha da pobreza. Não exige histórico de contribuição previdenciária. Critérios podem variar entre estados indianos (idade mínima, valor complementar). Criada em 1995, reformulada em 2007 com idade mínima reduzida de 65 para 60 anos em 2011 quando houve a criação de benefício adicional para os idosos acima de 80 anos.	Transferência de renda incondicional direcionado a idosos. É financiado pelo governo da Índia, os governos estaduais complementam os valores simbólicos alocados pelo governo indiano, de modo que os valores dos benefícios variam de estado para estado no país. A transferência é feita mensalmente e direta na conta do beneficiário nas comunidades onde residem.	Assistir indivíduos idosos no atendimento de necessidades essenciais e na diminuição da dependência da família, além de melhorar o bem-estar doméstico.	Garroway, (2013); Guimbeau, Menon, (2024); Unnikrishnan, Imai, (2020)

(continua)

País	Nome no Benefício	Elegibilidade	Descrição do Benefício	Objetivo da política	Estudos que avaliaram o Benefício
México	Pensão para adultos maiores Programa de Atenção a Adultos Maiores em Zonas Rurais Pensão para a Bem-Estar das Pessoas Adultas Maiores (Pensión para el Bienestar de las Personas Adultas Mayores) Programa para Maiores de 70 anos (Programa 70y Más)	No início do programa era necessário ter idade acima de 70 anos e residir em localidades rurais com até 2500 habitantes. Com a expansão do programa a partir de 2007 o benefício pode ser recebido por moradores de localidades com até 30.000 habitantes incluindo algumas localidades urbanas pobres e para idosos acima de 65 anos de idade que não recebem nenhuma pensão contributiva. Em 2014 programa modificou suas regras de operação para permitir que pessoas com pensão contributiva recebam o programa se sua pensão contributiva for igual ou inferior a $1.092 pesos por mês.	Programa de benefício do governo federal. Transferência direta e incondicional de renda de forma bimestral (em casos específicos pode ser pago quadrimestral). A entrega do benefício era feita em locais designados pelo governo, onde a equipe do programa fazia a certificação da "prova de vida" dos beneficiários. A partir de 2014 o programa passou a promover os pagamentos por meio de cartões eletrônicos por transferência bancária. Não pode ser combinado com qualquer outro tipo de programa federal semelhante.	Reduzir a pobreza e melhorar a qualidade de vida para adultos mais velhos.	Aguila, López-Ortega e Robledo, (2018); Alonso, Amuedo-Dorantes e Juárez, (2018); Avila-Parra, Escamilla-Guerrero (2017); Ávila-Parra, Guerreroe Gálvez-Soriano, (2023); Bellés-Obrero, La Mattina e Ye, (2025); Hernández-Grageda, Mina, (2025); Juárez, Piña, (2021); Menares *et al.* (2026); Rodríguez *et al.* (2014); Salinas-Rodriguez *et al.* (2014)
México	Reconocer Urbano	Idosos acima de 70 anos, sem exigência de contribuição prévia ao sistema previdenciário.	Programa de benefício não contributivo do estado de Yucatán. Transferência monetária direta, de forma mensal para complementar o programa federal 70 y Más.	Dado não relatado	Aguila, Kapteyn e Perez-Arce, (2017)

(continua)

País	Nome no Benefício	Elegibilidade	Descrição do Benefício	Objetivo da política	Estudos que avaliaram o Benefício
México	Programa de Transferência Alimentar para Idosos (Nutrition Transfer for Senior Adults Program - PAAM)	Idosos acima de 68 anos de idade que vivem no Distrito Federal (parte da cidade do México)	Programa estadual de transferência monetária, de forma mensal via cartão de débito, sem restrições reais sobre os gastos. O programa também fornece serviços de saúde gratuitos aos beneficiários nos hospitais públicos administrados pelo estado	Subsidiar despesas de alimentação dos indivíduos mais velhos.	Gutierrez, Rubli e Juarez, (2015)
Moçambique	Programa de Subsídio Social Básico (PSSB-Idoso)	Idosos acima de 60 anos de idade, em situação de vulnerabilidade e com restrições de trabalho. Quatro estágios devem ser seguidos para inscrição no programa: i- priorização geográfica; ii-seleção baseada na comunidade com lista pública de possíveis elegíveis (que atendam aos critérios: acima de 60 anos, pobre e sem fonte de apoio externa); iii-visitas de registro e verificação por funcionários do Instituto Nacional de Ação Social, para coletar dados socioeconômicos e avaliar seu status de vulnerabilidade.	Originou-se a partir do Programa de Subsídio de Alimentos da década de 1990, mas sua forma atual deriva da primeira Estratégia Nacional de Segurança Social Básica (ENSSB, 2010–14) que estabeleceu o foco em domicílios vulneráveis. É uma transferência monetária de renda, mensal oferecida pelo governo do país. Entretanto, após todos os estágios de inscrição no programa, há ainda a dependência de alocações orçamentárias centrais, que nos últimos anos provaram ser altamente. irregulares no tempo e no espaço.	Dado não relatado	Almeida et al. (2024)
Nigéria	Pensão Não Contributiva para Idosos do Estado de Ekiti (Ekiti State Non-Contributory Old Age Pension Program)	Idosos acima de 65 anos, que não recebem assistência e cuja renda é inferior ao limite mensal de 3000 NGN (19 USD).	Programa de pensão incondicional implementado pelo governo regional do Estado de Ekiti. O Benefício é pago mensal e correspondia na época do estudo, cerca de 28% do salário-mínimo nacional.	Garantir condições dignas de vida à população idosa, especialmente em razão da baixa cobertura previdenciária formal.	Alzúa, Cantet e Dammert, Olajide, (2019)

(continua)

País	Nome no Benefício	Elegibilidade	Descrição do Benefício	Objetivo da política	Estudos que avaliaram o Benefício
Peru	Pensão 65 (Pénsion 65)	Idosos acima de 65 anos, ter documento oficial que comprove a idade e estar certificada como integrante de domicílio abaixo da linha da pobreza. Não podem receber benefícios de outros programas de aposentadoria. A elegibilidade é definida por meio do Sistema de Focalização de Hogares (SISFOH), com base em um ponto de corte de pobreza. A pontuação do SISFOH é calculada como uma média ponderada de diversas características do domicílio. As características consideradas no cálculo incluem: tipo de combustível utilizado para cozinhar; acesso à eletricidade, água e esgotamento sanitário; materiais do piso, paredes e teto da residência; posse de seguro de saúde; e bens do domicílio. Entre os bens considerados estão geladeiras, máquinas de lavar, computadores portáteis, além de conexões de televisão a cabo e internet. Também são incluídos o nível de escolaridade do chefe do domicílio e o grau de superlotação da residência.	Transferência monetária pago bimestralmente. Além disso, recebem atendimento gratuito em unidades públicas de saúde e são elegíveis ao Programa Seguro Integral de Salud. A implementação e gestão do programa são realizadas pelo governo peruano por meio do Ministério de Desenvolvimento e Inclusão Social, responsável pela identificação e administração dos beneficiários. Os pagamentos são entregues aos idosos beneficiários por meio do sistema público de pagamento do programa, geralmente realizados em pontos de pagamento locais ou instituições financeiras autorizadas nas comunidades onde os beneficiários residem. A classificação do domicilio pelo SISFOH em não pobre, pobre não extremo e pobre extremo é válido por três anos para áreas urbanas e quatro anos em áreas rurais.	Melhorar o bem-estar material e subjetivo dessa população.	Bando, Galiani e Gertler, (2017); Valderrama, Oliveira, (2023)

(continua)

País	Nome no Benefício	Elegibilidade	Descrição do Benefício	Objetivo da política	Estudos que avaliaram o Benefício
Singapura	Programa de Apoio a Terceira Idade (Silver Support Scheme)	Idosos acima de 65 anos, cidadãos de Singapura, que vivem em habitação pública, não possuir ou ter cônjuge que possua um apartamento público ou propriedade privada, ter contribuído com no máximo S70.000 para suas contas de contribuição definida aos 55 anos de idade, e ter uma renda familiar mensal per capita de S1.100 ou menos. Trabalhadores autônomos também devem ter uma renda comercial líquida anual média de no máximo S$22.800 quando tinham entre 45 e 54 anos de idade. A elegibilidade é determinada automaticamente com base em dados administrativos e atualizada anualmente.	Transferência monetária trimestral para suplementar a renda da aposentadoria existente. O valor depende do tipo de habitação pública que o beneficiário reside. O desembolso dos pagamentos é igualmente automático e sem complicações, pois é processado através de canais de distribuição bem estabelecidos, sendo na maioria dos casos realizados via conta bancária, ou cheques enviados ao endereço de cadastro.	Dado não relatado	Chen, Tan, (2018)
Vietnã	Pensão Social	Idosos acima de 80 anos que não recebem pensões contributivas e que estejam em condição de vulnerabilidade social.	Subsídio mensal mínimo de 180.000 VND pagos pelo governo federal, além de cobertura gratuita a saúde.	Dado não relatado	Nguyen, Yamada, (2026)

Siglas: CNY: yuan chinês; NGN: naira nigeriana; USD: dólar dos Estados Unidos; VND: dong vietnamita.